

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO
AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU
PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS,
REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO
BRASIL-OAB/MT.

ATA Nº 015

PRESIDENTE – DEPUTADO PROFESSOR ALLAN KARDEC.

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Bom dia a todos e a todos!

Agradecemos a presença das autoridades presentes, das senhoras e dos senhores.

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública, requerida pelos Deputados Professor Allan Kardec, Valdir Barranco, Zeca Viana e Janaina Riva, com o objetivo de debater o congelamento do duodécimo aos Poderes/órgãos, congelamento de aumento, reajuste ou progressão dos subsídios dos servidores públicos dos Poderes/órgãos, aumento da alíquota previdenciária aos servidores públicos do Estado de Mato Grosso e o provável teto de gastos implantado na administração central.

Convido para compor a mesa os Srs. Manoel Antônio Garcia Palma (Toco Palmas), Presidente da Comissão de Acompanhamento Legislativo, neste ato representando o Dr. Leonardo P. da Silva Campos, Presidente da OAB; Vander da Silveira Melo, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo do Tribunal de Contas; Lázaro Cunha Amorim, Auditor do Tribunal de Contas; Luziane Ribeiro, Defensora Pública, neste ato representando o Sindicato dos Defensores Públicos do Estado de Mato Grosso; João Dourado, Presidente da Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso-CUT/MT; Antônio Vagner Oliveira, Coordenador Geral da Central dos Sindicatos Brasileiros; Oscarlino Alves, Presidente do Sindicato dos Servidores da Saúde do Estado de Mato Grosso; Leovaldo Antônio Aparecido Duarte, Presidente do Sindicato dos Profissionais de Tributação, Arrecadação e Fiscalização do Estado de Mato Grosso-SIPROTAF; Dr. Francisco de Brito, Procurador da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso; Ricardo Riva, Procurador da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Composta a mesa, convido todos e todas para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional.

(O HINO NACIONAL É EXECUTADO.).

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Com a palavra, o nobre Deputado Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO – Quero registrar honrosamente a presença e agradecer da Sr^a Simony Jin, Presidente da Associação dos Auditores de Controle Público Externo do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO
AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU
PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS,
REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO
BRASIL-OAB/MT.

Quero louvar aqui a Associação dos Auditores do TCE pela nota técnica que tanto tem contribuído conosco enquanto parlamentares do Estado de Mato Grosso na compreensão do que significa o PLC 343 ao nosso convencimento e agora também nossa capacidade de convencer o povo mato-grossense para convenceremos o Governo do Estado que não cabe em Mato Grosso o PLC 343. Muito obrigado aos auditores do TCE.

Cumprimento o Sr. Domingos Sávio Lima, Presidente da Associação dos Técnicos do Controle Público Externo do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso; a Sr^a Eloiza Ferreira, Presidente Sindicato dos Trabalhadores do Tribunal de Contas; a Sr^a Juliana Chizzi Pires, Presidente do Sindicato dos Analistas Judiciários do Tribunal de Justiça; o Sr. Alisson Trindade, Presidente do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de Mato Grosso; o Sr. Jorge Deloca Barros, Presidente do Sindicato dos Assistentes Técnicos da SINDATE-MT; o Sr. Flávio Emílio Rodrigues, Diretor, neste ato representando o Sr. Ricardo Bertolini, Presidente do Sindicato dos Fiscais de Tributos Estaduais de Mato Grosso, o SINDIFISCO-MT; o Dr. Antônio Felipe Camarão Filho, Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso; o Dr. Bruno da Costa Alvares, advogado do Sindicato dos Servidores da Saúde do Estado de Mato Grosso. (PALMAS)

Agradeço a presença de todos os servidores do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso aqui presentes. (PALMAS).

Agradeço também a equipe do cerimonial da Assembleia Legislativa, dos servidores da Assembleia Legislativa, da Taquigrafia e também da TV Assembleia, que está incumbida de fazer com que o Estado de Mato Grosso possa acompanhar esta Audiência Pública. (PALMAS)

Quero ainda agradecer a Sr^a Daiane Renner, Presidente Sindicato dos Servidores do DETRAN; e a Sr^a Jane Selma Barbosa, Presidente da Associação dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso. (PALMAS)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Obrigado, meu companheiro Deputado Valdir Barranco.

Bom dia novamente!

Não vamos nos alongar aqui nos cumprimentos da mesa.

Serei bastante sucinto porque nós viemos aqui para ouvir.

É uma Audiência Pública e estamos aqui mais para ouvir a sociedade a partir dos auditores do Tribunal de Contas, a partir dessa nota técnica que nos deu muitos subsídios, como o companheiro Deputado Valdir Barranco disse, acerca da situação do Estado de Mato Grosso.

Quero agradecer a OAB Seccional do Estado de Mato Grosso em nome do Toco Palmas, meu amigo pessoal. Repasse ao Presidente Sr. Leonardo os nossos agradecimentos por ceder aqui o espaço deste auditório que já foi palco e muitas e muitas audiências.

Eu digo que a OAB é parceira nossa neste momento, momento de dificuldade pelo qual passa o País, mas em especial nessa apreensão que o Estado de Mato Grosso vive em que vem o projeto de reforma da previdência, vem o projeto de gastos, vai aumentar a alíquota em cima dos trabalhadores de 11% para 14%.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS, REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-OAB/MT.

Quais são as saídas do Estado de Mato Grosso? O Estado de Mato Grosso está em crise? Diminui a arrecadação? Não diminui a arrecadação? Enfim, qual é a real situação do Estado de Mato Grosso?

Então, nada melhor do que os auditores do Tribunal de Contas para estarem falando para nós como estão as contas do Estado de Mato Grosso.

Eu agradeço a todos os sindicatos, ao fórum sindical, as nossas centrais sindicais. Acho que é um momento especial que estamos passando de união de toda a base trabalhista. Estamos no advento inclusive de suspeição acerca do direito do trabalho.

Participamos aqui semana passada de uma Audiência Pública falando justamente sobre a reforma trabalhista e muita gente, inclusive do próprio mundo da justiça falando: para que serve a justiça do trabalho? Para que serve o MPT? Para que servem os advogados trabalhistas? Vamos liberar tudo e vamos deixar o mercado regular.

Acredito que nós não conseguimos avançar até para aqui para deixar, já no advento do Século XXI, voltar para a barbárie do processo escravagista que o Brasil já passou a mais de 300 anos.

Vou passar a palavra para o meu companheiro Deputado Valdir Barranco fazer sua saudação, mas em especial eu gostaria de passar uma informação que a minha equipe jurídica se debruçou sobre ela, sobre a nota técnica e as consequências do PLC 343.

Uma vez que o Estado de Mato Grosso não recebeu ainda pela Assembleia Legislativa o projeto, muita gente nos pergunta, Deputado Valdir Barranco: “O que vocês vão discutir ainda se o projeto não está lá?”, mas é esse o papel da Assembleia Legislativa! Ser protagonista, porque se o projeto chegar lá pronto e acabado em uma sessão ele pode ser aprovado. (PALMAS) E em meia sessão ele pode ser aprovado e nós não deixaremos isso acontecer. Vamos antecipar, sim; vamos analisar, sim; e quiçá nós auditaremos, já que não vamos conseguir fazer pelo jeito a CPI do MTPrev, quiçá vamos auditar as contas do governo a partir do MTPrev.

Além da nota técnica, foi fantástica essa peça técnica que recebemos. Aqui tem alguns dados, como por exemplo, conceder aumento remuneração, criar cargo que implica aumento de despesa, alterar a estrutura de carreira, admitir qualquer tipo de excesso de posição no cargo de chefia; não realizar concurso público, exceto de reposição de vacância; criar ou majorar benefício de qualquer natureza em favor de membros dos Poderes... E todos os outros Poderes e autarquias; criar despesa obrigatória de caráter continuado; reajuste de despesa obrigatória acima da variação anual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA; contratar, empenhar para publicidade e propaganda exceto para as áreas de segurança e saúde, essa é uma ação positiva. E aqui são vários itens que a nossa equipe levantou que acontecem de fato com o arrocho do trabalhador caso isso passe.

Em nenhum momento fala sobre a questão da isenção fiscal pelas grandes empresas, nenhum momento fala sobre o inchaço da área meio e os cargos comissionados, parece que a única saída é congelar tudo e aumento o imposto sobre o trabalhador.

Enfim, sejam todo bem vindos à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, protagonizando mais um debate. Vou passar a palavra ao meu companheiro, Deputado Valdir Barranco e passaremos aos palestrantes. Nós teremos um tempo para os palestrantes desenvolverem o seu raciocínio e voltamos para a Mesa, a Mesa em saudação ainda de três minutos e abrimos o debate para a plateia participar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS, REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-OAB/MT.

Obrigado e um bom dia a todos! (PALMAS)

O SR. VALDIR BARRANCO – Quero cumprimentar o companheiro e Deputado Allan Kardec; o Sr. Oscarlino Alves; o Sr. João Dourado; também a Procuradoria da Assembleia Legislativa; o Sr. Antônio Wagner; todos da Mesa; a OAB, e quero agradecer pelo espaço, uma parceria importante nesse momento e todos e todas. Quero ser bem breve, porque como disse muito bem o Deputado Allan Kardec, nós estamos aqui para ouvir e compreender um pouco mais da nota técnica, das razões que temos para combater a implantação, a implementação do Projeto de Lei Complementar nº 343/2017, aqui no Estado de Mato Grosso.

É um momento, aqui principalmente, no Estado de Mato Grosso, em que vivemos, por parte do Governo do Estado, parece-me que uma fome insaciável de querer avançar sobre os direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo de décadas.

O Governo do Estado já fala, é público, portanto, há que se fazer o debate, há que se ouvir a sociedade, há que se dialogar com diversas instâncias representativas da sociedade civil organizada.

O que temos acompanhado no Estado de Mato Grosso é um medo de dialogar. O Fórum Sindical, por exemplo, tem absoluta certeza, Sr. Oscarlino, que o Fórum tem muito a contribuir desde que seja chamado para sentar a uma mesa e fazer o diálogo, mas mesmo quando o Fórum Sindical procura o Governo do Estado para fazer qualquer diálogo não é recebido e não há interesse por parte do Governo. Parece que tem medo de dialogar e não há mediação sequer.

Então, esta Audiência Pública, Deputado Professor Allan Kardec, é de extrema importância para que possamos sair daqui já com mais subsídios.

Como Vossa Excelência já disse, é importante que nos adiantemos porque ao aportar, espero que não aporte, a Casa Legislativa, qualquer medida, qualquer matéria para implementar aqui o PLC nº 343, porque não se justifica Mato Grosso, como muito bem está colocado na nota técnica... Mais uma vez, agradeço aos auditores do Tribunal. Mato Grosso não se enquadra em nenhum dos requisitos para que o PLC seja colocado, estabelecido e implementado aqui no Estado. (PALMAS)

Tudo que vimos por parte do Governo do Estado é uma vontade de, primeiro, ampliar a cobrança de onze para quatorze por cento, ampliar o desconto de previdência dos nossos aposentados e pensionistas e também dos nossos servidores ativos, a questão do duodécimo e também do congelamento da progressão da carreira.

O Governo do Estado, com essa fome insaciável, vê no PLC essa possibilidade de retirar mais direitos acompanhando o ritmo que já vem dando para o Estado de Mato Grosso.

Então, no que depender de nós, queremos contar com vocês. É como disse, por um lado, temos um Governo que não dialoga, um Governo embrutecido com as camadas mais pobres, também com os servidores públicos do Estado de Mato Grosso, por outro, podemos contar aqui como na Audiência Pública sobre a reforma da previdência, pudemos notar isso, com o público.

Aí eu quero agradecer mais uma vez a vocês, é um público seletivo, um público de consciência e um público com capacidade para fazer análise e para fazer o debate. Eu tenho certeza de que, como estamos nos adiantando, o Governo do Estado não terá coragem de vir fazer o debate, porque ele sabe que perderá, porque ele sabe que temos um público capaz de fazer o debate e conscientizar e é essa a tarefa (PALMAS).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO
AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU
PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS,
REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO
BRASIL-OAB/MT.

Quero finalizar dizendo que essa é a tarefa de cada um e de cada uma que está aqui. Pela *TV Assembleia* e *Rádio Assembleia* chegará às casas mato-grossenses, mas é preciso que façamos a missão, a tarefa de casa, cada um de nós que temos consciência do que significa esse retrocesso.

Vamos fazer a fala com os nossos amigos, com os colegas de trabalho que ainda não têm essa consciência, que não puderam estar aqui, que não estão lendo sobre a matéria e com a população em geral que, muitas vezes, compra a falácia do Governo de que é preciso reduzir, é preciso congelar salário, é preciso impedir os avanços nas políticas sociais... Aí cada um e cada uma de vocês contem conosco.

Nós seremos, lá na Assembleia Legislativa, na tribuna da Assembleia Legislativa, a voz do povo, a voz daqueles que não podem usar aquela tribuna, estamos lá para representá-los e queremos fazê-lo da melhor maneira possível para honrar cada um dos votos que nos foram depositados nas urnas, não podemos fazer o contrário. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Parabéns, Deputado Valdir Barranco.

Quero lembrar que convidamos oficialmente o Governo do Estado de Mato Grosso, o Secretário de Fazenda, o Secretário de Planejamento, Governador e Vice-Governador, foram convidados e oficializados para esta Audiência Pública.

Também lembro que a OAB/MT está fazendo a cobertura via redes sociais, uma transmissão ao vivo também da OAB.

Convido para fazer a primeira palestra, o Sr. Vander da Silveira Melo, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil, que disporá de vinte minutos.

O SR. VANDER DA SILVEIRA MELO – Bom dia, Deputado!

Eu gostaria de descer, porque eu fico mais a vontade ali em baixo.

Quero cumprimentar o Deputado Professor Allan Kardec, Deputado Valdir Barranco, em nome dos quais eu cumprimento toda mesa aqui; quero agradecer a presença de todos vocês aqui, nesta oportunidade ímpar de nós apresentarmos a nossa visão a respeito do Estado de Mato Grosso, da situação financeira pela qual passa neste momento.

É claro, ninguém gosta de entrar em bola dívida e nem, digamos assim, afrontar o poder em determinado momento. Mas nós estávamos, digamos assim, acompanhando ao longo dos dias, dos meses o Governo do Estado falando na imprensa de uma situação caótica do Estado de Mato Grosso. E quando surgiu, em nível nacional, a possibilidade de um socorro aos Estados endividados; o Estado, por meio do Governo, passou a, mais insistentemente, falar sobre a necessidade de uma reforma no Estado.

Essa reforma... Em nenhum momento, ele falava abertamente que era para atender o PLP 343, entretanto, todas as falas dele remetia ao PLP 343, por quê? “Olha, vamos ter que aumentar a Previdência de 11 para 14%”. A única justificativa: “Nós temos um *déficit* financeiro”, mas não debateu, não verificou para onde foram os recursos etc.

Então, nós fomos ficando incomodados com essa situação, “olha, o Estado está ruim”, a comparação era sempre com os piores: “olha o Rio de Janeiro, nós não podemos deixar o Estado ficar igual ao Rio de Janeiro”, aí nós resolvemos fazer uma análise dos relatórios do próprio Governo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO
AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU
PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS,
REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO
BRASIL-OAB/MT.

Então, nós não trouxemos para cá nenhuma informação que não estivesse disponível, publicada em ações do Governo, nós não utilizamos nenhuma informação privilegiada de auditor junto às informações da Conta do Governo. A análise que foi feita aqui é exclusivamente com base no Relatório de Gestão Fiscal do terceiro quadrimestre de 2016.

Nós não poderíamos, de forma alguma, ser acusados aqui de trazer informações privilegiadas da função de auditor. Por isso, nós fizemos e optamos por isso. Vejam só, é claro, como o Governo sempre fez a comparação com o Estado do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, nós também resolvemos fazer a Nota Técnica fazendo essas comparações. Aí nós verificamos que a situação de Mato Grosso é muito diferente desses Estados extremamente endividados.

Nós tiramos aqui... É claro que nós não tivemos a oportunidade de conversar diretamente com o Governador até o momento, então nós pegamos algumas declarações do Governador para a imprensa, publicadas recentemente: “Contamos com a nossa Bancada Governista para votar o projeto de teto na Assembleia Legislativa de Mato Grosso. É uma das condições para se contratar financiamentos”.

“Temos que aprovar o projeto do teto aqui, independentemente da aprovação de Brasília. É uma das condições para que possamos contrair outras operações de créditos”, disse Taques.

“Apenas uma parte da nossa dívida de 07 bilhões de reais está sendo renegociada. Mas para fazer a renegociação precisamos fazer algumas condições que a União está exigindo, e essas condições são de ajuste fiscal”. Que são as condições previstas no PLP 343.

Nós vamos falar um pouquinho sobre o PLP 343. Veja só: o objetivo é viabilizar o reequilíbrio das contas públicas dos Estados em situação de grave desequilíbrio fiscal.

Abrangências: Distrito Federal e os Estados que possuam um quadro de dívida excessiva, elevado nível de rigidez de gastos com pessoal e serviço da dívida que redundam em grave crise de liquidez e insolvência.

Situação desse projeto: está em tramitação na Câmara dos Deputados, eu acompanhei na semana passada, foi remetida para voltar a discutir hoje, acho talvez que, com algumas alterações, o Congresso deverá aprovar esse projeto. Não é certo ainda, pode ser que ele não consiga, porque precisa de 257 votos para poder fazer isso.

Habilitação: para se habilitar ao Regime de Recuperação Fiscal, os Estados têm que atender cumulativamente os três requisitos elencados nos incisos de I a III do art. 3º do PLP nº 343/17, que são: a dívida consolidada deve ser superior à receita corrente líquida anual, inciso I; a somatória de despesa com o pessoal de serviço da dívida deve superar 70% da receita corrente líquida, inciso II; e a disponibilidade de caixa sem vinculação deve ser inferior às obrigações a pagar, inciso III.

Vejam só, são as três condições para que você possa habilitar ao Regime de Recuperação Fiscal dos Estados.

Os impactos do PLP nas nossas vidas aqui: “Elevação de alíquota de contribuição para o Regime Próprio de Previdência social dos servidores ativos e inativos e pensionistas para no mínimo 14%”.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO
AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU
PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS,
REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO
BRASIL-OAB/MT.

Então, nós falamos assim... Quando ele fala que não está tentando atender o PLP 343, que a reforma é independente, por que aquele número de 14% da Previdência nossa aqui? Fica bem claro que o objetivo é atender os requisitos do PLP 343.

“Instituição se necessário para financiar o Regime Próprio de Previdência Social de alíquota previdenciária extraordinária e temporária”. Isso não foi colocado para nós até agora, mas o PLP estabelece isso também.

Se aumentar para 14% não for suficiente, pode aumentar um pouco mais.

“A adoção pelo Regime Próprio de Previdência Social mantido pelo Estado, no que couber, das regras previdenciárias disciplinadas pela Lei nº 13.135, de 2015.”

“A revisão do regime jurídico único dos servidores estaduais da administração pública direta, autárquica e fundacional para suprimir benefícios ou vantagens não previstos no regime jurídico único dos servidores públicos da União”.

Isso significa o que, pessoal? Uma questão óbvia que nós temos aqui e que os servidores da União não têm: licença-prêmio, por exemplo, seria o final dela, uma das consequências.

“Instituição, se cabível, do regime de previdência complementar a que se referem os § 14, § 15 e § 16 do art. 40 da Constituição Federal.”

“Vedada a concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento ou reajuste ou adequação de remuneração, exceto aqueles que provenientes de sentença judicial transitada em julgado, ressalvado o disposto no artigo 37, *caput*, inciso X da Constituição Federal.”

Vedada a criação de cargos, empregos ou função que implique aumento de despesa.

Vedada a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.

Vedada a admissão ou a contratação de pessoal a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia e direção que não acarretem aumentos de despesas e aquelas decorrentes de vacância de cargo efetivo ou vitalício.

Vedado concurso público, ressalvadas as hipóteses de reposição de vacância;

Vedada a criação ou a majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza.

Vejam só, toda a contrapartida para aderir ao PLP são restrições aos servidores, ou seja, os servidores estão sendo, nós estamos pagando o pato dos descontos dos governos estaduais, ou seja, nós somos o bode, o bode que foi colocado na sala, está ok?

Evidentemente que, quando o Estado fala que não está tentando aderir ao PLP, ele não quer aderir ao PLP lá, mas ele quer colocar as restrições que o PLP coloca como contrapartida para essa adesão.

Ocorre que o Estado de Mato Grosso não se encontra em situação de grave desequilíbrio fiscal, não atendendo a nenhum dos requisitos necessários para se adotar o regime de recuperação fiscal previsto no *caput* e incisos do artigo 3º do PLC 343/2017.

Uma coisa teria que atender a todos, cumulativamente. Os dados que foram utilizados para o cálculo dos índices que o Estado de Mato Grosso obteve em 2016 foram extraídos do relatório de gestão fiscal do terceiro quadrimestre de 2016, publicado em Diário Oficial de 30/01/2017. Então, nós estamos utilizando dados oficiais do Governo, publicados por ele mesmo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS, REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-OAB/MT.

A dívida consolidada do Estado, no final do exercício financeiro, anterior à solicitação de ingresso no regime de recuperação fiscal, era de 5 bilhões, 53 milhões, 130 mil, o que representa 40,5% da receita corrente líquida de 2016, que está no valor de 12 bilhões e 477 milhões.

Não se enquadra no requisito do disposto no inciso I, do art. 3º, do PLC 343, a somatória das despesas líquidas com pessoal, 7 bilhões e 38 milhões e com serviço da dívida de juros da amortização, 989 milhões, no exercício de 2016. A soma dela dá 8 bilhões e 28 milhões, o equivalente a 64,34% da receita corrente líquida de 2016, que era de 12 bilhões e 477 milhões.

Não se enquadra no requisito disposto no inciso II, também do PLP.

O valor total das obrigações contraídas em 2016 foi de um bilhão, 169 milhões. Montante proveniente de restos a pagar empenhados e não liquidados, 622 milhões e restos a pagar liquidados e não pagos no valor de 547 milhões, sendo inferior à disponibilidade de caixa e equivalentes sem vinculação, que era de um bilhão, 587 milhões, não se enquadrando no requisito previsto no inciso III, do artigo 3º do PLP.

Então, vejam só, dos três requisitos para aderir ao PLP, o Estado de Mato Grosso não se enquadra em nenhum deles. Vejamos aqui que, no final de 2016, os dados consolidados do Estado para suprir, e olha que nós fomos generosos, nós colocamos aqui restos a pagar processados e não processados, processados e não processados. Olha aqui, o não processado é de 622 milhões, se nós tirássemos isso aqui, que não é dívida efetiva ainda, não foi liquidado, a situação seria ainda melhor para o Estado de Mato Grosso, do ponto de vista financeiro. Esses são dados do balanço consolidado do Estado de Mato Grosso.

Então, nós fizemos um quadro dessas situações, olha aqui, a dívida consolidada no valor de 5 bilhões, 63 milhões, equivalente a 40,5% da receita corrente líquida. Então, não se enquadra, pois a dívida consolidada é bem menor que a receita corrente líquida.

Despesas líquidas com pessoal, com juros e com amortização que somados representam, no mínimo, 70% da receita corrente líquida aferida no exercício financeiro anterior, 2016. Essa é a condição do requisito para aderir ao PLP. O Estado de Mato Grosso tem o quê? Oito bilhões e 28 milhões, sendo 7 bilhões e 38 milhões de gasto com pessoal e 989 milhões de gasto com serviços da dívida, juros e amortização. Dá o quê? Dá 64,34%.

Despesa com pessoal - segundo o relatório de gestão fiscal consolidado, dá 56,41% de gastos do total da receita corrente líquida. A dívida dá 7,93% da receita corrente líquida. Então, também não se enquadra, pois o somatório das despesas com pessoal e com o serviço da dívida é menor que 70% da receita corrente líquida. O valor total das obrigações contraídas para se aderir ao PLP teria que ser maior que a disponibilidade de caixa e equivalente de caixa de recurso sem vinculação de 2016.

Vejam só, aqui temos o valor de um bilhão, 169 milhões de reais e a disponibilidade de um bilhão, 586 milhões de reais, ou seja, não se enquadra, pois o total das obrigações contraídas é menor que a disponibilidade de caixa. Lembro aqui que utilizamos 622 milhões de reais de restos a pagar não processados, que poderiam ser anulados. Consequentemente, poderia ser menor que isso também, ou seja, a situação melhor que a proposta.

Como nas mídias, o Governo sempre falou da comparação e queria que o Estado de Mato Grosso não virasse um Rio de Janeiro - e eu acho que não pode mesmo -, nós fomos comparar com o Rio de Janeiro. Então, vejam só, a dívida consolidada do Rio de Janeiro é de 107 bilhões, 276 milhões, o que representa 232,06% da receita corrente líquida. A Resolução do Senado,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS, REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-OAB/MT.

que estabelece o teto de endividamento, fala que não pode ser superior a 200%. Não pode ser superior a 200%... O Rio de Janeiro é superior à Resolução do Senado.

O PLP 343 fala que não pode ser superior à receita corrente líquida e aqui é 232%. O Estado de Mato Grosso, com endividamento de 05 bilhões e 53 milhões, tem 40,5% de endividamento em relação à receita corrente líquida. Olhem a situação! Pessoal, nós não passamos nem próximo e não dá para falar de comparar ou colocar que nós temos ameaça de virar um Rio de Janeiro.

Despesa total com pessoal - o Rio de Janeiro tem uma despesa de 33 bilhões, 426 milhões de reais, o que equivale a 72,31%.

Perdão, aqui é... É de pessoal só, 72.

O Estado de Mato Grosso com 7 bilhões dá 56,41%. O Rio de Janeiro está em desequilíbrio. Mato Grosso está em equilíbrio fiscal. Ok? Essa é a situação colocada.

Diante deste exposto, concluímos que não há justificativa técnica para o envio por parte do Poder Executivo Estadual, nem tão pouco para aprovação pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso, de Projetos de Lei e/ou emenda à Constituição, visando atender as determinações expostas da PLC n° 343, pois Mato Grosso não se enquadra em quaisquer dos requisitos da proposta do Governo Federal para os entes da federação que encontram em grave desequilíbrio fiscal. Então, os dados por si só permitem essa conclusão.

Após a nota técnica, o Governo... Até agora ele não contestou o nosso estudo. Não houve nenhum meio de comunicação, qualquer contestação desses dados, até porque, se ele contestar, terá que retificar o Relatório de Gestão Fiscal do próprio Governo, pois os dados são do Governo. E mais uma coisa, uma informação: não auditamos, ainda, as contas de 2016 do Governo. Então, não dá para validarmos se aquelas informações são verdadeiras ou não, mas a nossa presunção é de que são verdadeiras. Portanto, acreditamos que para ele contestar precisa modificar o Relatório de Gestão Fiscal ou esclarecer melhor os dados daquele documento oficial do Governo do Estado.

O Governador Pedro Taques afirmou que mesmo que Mato Grosso não se enquadre no regime de recuperação fiscal, e aí ele já começa a admitir que não se enquadra, não deixará de tentar renegociar a dívida com a União. Para o Governador o Estado de Mato Grosso ajuda muito a União, no que diz respeito à arrecadação de recursos, e isso merece participar de acordo. Até achamos que Mato Grosso ajuda muito a União e, de fato, produz muito. A Balança Comercial é impactada muito pela produção de Mato Grosso. E até acredito que a União precisaria ajudar Mato Grosso, de fato, concordo com isso, mas para ajudar quem contribuiu bastante não precisa daquela contrapartida toda que penaliza o servidor o quê? Então, se não consigo ajuda da União, vou arrumar receita onde? Tirando direitos dos servidores. (PALMAS)

É esta a conclusão que chegaríamos em função disso. (PALMAS)

Vamos tentar renegociar a Dívida, porque Mato Grosso ajuda muito a União. Então, a União precisa ajudar mais Mato Grosso. Concordamos novamente. Quem ajuda muito não precisa de contrapartida para ajudar.

Pelas entidades representativas do Tribunal de Contas, a AUDIPE, SINTTCONTAS, ASTECONTAS, AAPTCE que é a Associação dos Aposentados e a ANACONTAS, se colocam à disposição para auxiliar o Governo do Estado e a sociedade em todos os assuntos relevantes para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO
AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU
PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS,
REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO
BRASIL-OAB/MT.

Não poderia ser diferente! Nós nos colocamos à disposição e já nos colocamos à disposição...

Antes da posse do Governador tivemos uma audiência com ele, em 2014, no final de 2014, nos colocamos à disposição, mas até o presente momento não fomos convidados para debater nenhum assunto relevante no Estado. Entretanto, nos colocamos à disposição. Entendemos que isso precisa ser feito.

Temos um quadro técnico bastante capacitado no Tribunal de Contas e creio que está à disposição para ajudar.

Quando falamos: olha, não concordo com algumas falas que foram colocadas na imprensa, não quer dizer que não estou disposto a debatê-las. Quando se fala em reforma da Previdência... Eu acho que, talvez, a Previdência tem que ser reformada, o modelo atual, talvez, não seja o melhor modelo. Talvez, um modelo de segregação de massas seja um modelo mais adequado. Vamos fazer um fundo novo para quem entrar daqui para frente e vamos trabalhar esse que está aí? Com o passar do tempo o déficit irá acabar, porque as pessoas deixarão de estar nesse fundo antigo.

Quando eu falo isto é por quê? O Governo já colocou em vários momentos o financiamento da Previdência. Não vou adentrar muito nisso, porque o Lázaro falará especificamente sobre Previdência, mas é para dizer assim: o Estado formou um fundo ou não formou um fundo e, agora, querem cobrar do servidor o pato dessa não formação do fundo até aqui.

Olha, nós não somos avessos às mudanças. Eu gosto de uma fala do Érico Veríssimo que diz assim: “Quando os ventos da mudança sopram alguns levantam barreiras, outros constroem moinhos de ventos.”.

Nós queremos ser aquele que constrói moinho de ventos. Não queremos construir barreiras, mas se for necessário nós construímos barreiras.

Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Obrigado, Vander da Silva Melo, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Auditores do Controle Externo do Tribunal de Contas.

Para segunda e última palestra, convido o Sr. Lázaro da Cunha Amorim, Auditor do Tribunal de Contas e representante do Sindicato dos Trabalhadores do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. (PALMAS)

Aproveito, também, para convidar o Vereador Luís Cláudio Sodré, da Câmara Municipal de Cuiabá, para compor o nosso dispositivo. (PALMAS)

Obrigado Lázaro!

Fará a sua fala lá debaixo. Já temos as inscrições da mesa: o Oscarlino, João Dourado, Antônio Wagner e Toco Palma.

Nesta segunda palestra já abriremos as inscrições para a plateia para que participem conosco da Audiência Pública.

O SR. LÁZARO DA CUNHA AMORIM - Bom dia a todos!

Primeiramente, agradecer aos colegas que contribuíram na elaboração dos trabalhos, de modo particular o André Baracat, Carlos Pereira que ajudou na construção do *PowerPoint* da apresentação; os colegas auditores Alessandra Bueno, Alcione, que são os responsáveis pela análise dos relatórios de auditoria do FUMPREV, no caso do MTPrev, também, na parte da Previdência.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS, REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-OAB/MT.

O tema é bastante complexo para que possamos abordar em pouco tempo, mas vamos fazer uma referência de dado legal, uma parte de dado histórico, de complementação de dados históricos, para que possamos fazer uma reflexão e uma conscientização de que é necessário debruçarmos sobre o tema, podermos realizar obras, estudos da nota técnica sobre a matéria para que possamos, também, participar da definição dos nossos próprios destinos, porque se somos ativos, hoje, temos pretensão e fomos contratados pelo Governo para servir integralmente durante a nossa vida laboral para termos uma merecida aposentadoria final.

Só para constar, eu sou remanescente da primeira legislação do IPEMAT, 4.491. Estou desde 1989 no Tribunal de Contas, 28 anos, e pretendo – se ainda for permitido – aposentar em setembro do ano que vem (PALMAS).

Como eu falei, o Pereira é nosso amigo e nos ajudou na elaboração.

O Sistema Previdenciário compota brasileiros, a parte de Regime Próprio de Previdência e a parte de Regime Geral; na União, já está consolidado, definido, o Regime de Previdência Complementar, que pode ser realizado através de Entidades Abertas ou Fechadas, com ou sem fins lucrativos, com ou sem apresentação na Bolsa de Valores.

O Instituto do IPEMAT foi criado em 1961 e a sua extinção ocorreu no ano 2000 para 2003. A criação do Fundo Previdenciário foi em 2006 e agora, o MTPrev, a última nomenclatura, na Lei Complementar nº 560/2014.

Lembro que na data da criação era 8% e era calculado sobre o menor salário do Estado, com um limite máximo de até vinte menores salários do Estado. Por isso, durante mais de 25 anos o Estado de Mato Grosso manteve a tabela salarial com complementação para o salário mínimo, mesmo porque era a base de cálculo de vários benefícios que eram atribuídos às pessoas.

Então, nós já contribuíamos com 8% sobre uma base, uma base limitada para que pudéssemos fazer projeção futura.

Em 1990 houve uma primeira iniciativa de tentar desestruturar definitivamente o Sistema de Previdência do Estado. Nessa data foi feito um convênio entre a Secretaria de Administração, IPEMAT, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e Assembleia Legislativa de tal forma que o interesse era deixar de repassar a parte dos segurados ao IPEMAT para pagar as aposentadorias e pensões dos próprios Poderes, dos nossos, à época, dirigentes.

Houve uma inviabilização, inicialmente, dentro do próprio Tribunal, porque nós falamos contra um mecanismo do próprio Tribunal e depois foi impedido que se estendesse aos demais Poderes também com uma negativa ao convênio que não chegou a ser assinado, mas já foi uma primeira tentativa de extinguir o IPEMAT e pegar a parte das contribuições para a destinação outras que não eram efetivamente para a Previdência.

Em 1999, com mais sete colegas, entramos com uma ação contra a Lei Complementar nº 56/99, que passava dos 8% para uma progressividade contributiva, que é contrária ao sistema tributário, e deve ser embasado em cálculo atuarial. Não dá para se projetar progressividade de tributo, porque alguém ganha mais do que o outro, isto é Imposto de Renda. Então, não pode haver bitributação da parte de contribuição social em cima do que o tributo já depende como valor.

Essa ação nós ganhamos aqui no Estado de Mato Grosso, no Tribunal de Justiça, no Superior Tribunal de Justiça e também no Supremo Tribunal Federal, considerado inconstitucional a Lei Complementar, à época. E dos servidores do Tribunal de Contas, como a ação

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO
AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU
PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS,
REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO
BRASIL-OAB/MT.

foi nossa e específica, não foi descontado nenhum dos valores para a Previdência sob a base dessa lei.

Recentemente, a Justiça mandou devolver aqueles valores que foram recolhidos dos policiais militares que há tempo não tiveram ganho de ação em relação a essa lei.

Em 2000 foi apresentado um cenário a todos os dirigentes, à época, dos Poderes, coincidentemente era o Ubiratan Spinelli que estava à frente do Tribunal de Contas, eu diretamente ligado à Assessoria Técnica, foram apresentados oito cenários. Dos oito cenários que foram apresentados, tabela... base de cálculo adequada, não adequado à base de informação do Governo do Estado, seis anos de carência para a parte patronal e aumento da alíquota para 16% da parte dos servidores.

Graças a Deus, a tempo também foi abordada a ideia de tal forma que isso não foi implementado. Era para se vender a Carteira de Previdência do Estado para que o Banco do Brasil na sua subsidiária, que faz a gestão de Previdência, pudesse assumir a Carteira do Estado de Mato Grosso em 2000 e o Estado ainda pagaria uma taxa de administração por esse mecanismo. Se já não dava conta de pagar direito o que era devido, quanto mais pagar alguém para pagar, muito mais do que isso.

Em 2011 nós tivemos uma decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que já considerou irregular passar a Previdência de 11% para 14% sem que houvesse fundamento ou subsistência com base em estudo atuarial e específico para esta finalidade.

Em 2016, agora mais recente, o Estado do Rio de Janeiro já tentou passar para quatorze com alíquota adicional de 16% de subsídio para quem ganha acima de 5.189, o equivalente ao teto da previdência geral. Também foi derrotada na Justiça, porque adota o mesmo mecanismo que, em 1999, Mato Grosso tentou fazer, que seria de progressividade no tributo, fadado ao insucesso.

Também agora, em 2016, essa é mais recente, no final do ano, já para que o Estado do Rio Grande do Sul ingressasse nesse mecanismo do PLP, que ali é considerado, também foi derrotada pela Justiça a possibilidade de passar de 11% para 14% naquele Estado.

A ausência de cálculo atuarial é o principal motivador para que não aconteçam essas intenções que o Governo realiza em cada Estado. O magistrado afirmou: “Sem causa suficiente não se justifica a instituição ou majoração da contribuição de seguridade, pois o regime de previdência de caráter contributivo deve haver necessariamente correlação entre custo e benefício” - Desembargador Heinz, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

As fontes de financiamento do Sistema do Regime Próprio de Previdência Social: a parte de contribuição do ente federativo, dos segurados ativos, inativos e pensionistas; receitas decorrentes de investimento; os valores recebidos pela compensação entre os regimes; os valores aportados pelo Estado; demais dotações previstas no orçamento e outros bens, direitos e ativos, com finalidade previdenciária.

No art. 3ª da Lei Federal nº 9.717, que orienta para o cadastramento de CRP, para emissão de Certidão de Regularidade Previdenciária, não poderá ser inferior a 11%. Isso vale para os cargos da União e é diametralmente aplicado a todos os Estados e entes federados.

As contribuições dos serviços das contribuições dos segurados e aposentados, observação é a mesma alíquota do ativo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO
AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU
PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS,
REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO
BRASIL-OAB/MT.

A contribuição do ente federativo não poderá ser inferior ao mesmo percentual do segurado limitada ao dobro do valor que é descontado do nosso salário, do nosso subsídio.

O RPPS abrangerá: a pessoa civil, o Executivo, o Legislativo, o Judiciário, o Tribunal de Contas, Ministério Público, Ministério Público de Contas, Defensoria Pública, ativos, aposentados e pensionistas, militares ativos e inativos e seus pensionistas.

Somos todos nós!

Os Poderes, aí vem um problema na nossa Lei estadual, um pequeno grande problema.

Os Poderes, o Tribunal de Contas, o Ministério Público, e a Defensoria, a palavra ali é passarão a recolher a Contribuição Patronal nos percentuais definidos em lei, a ser editada após a criação da MTPrev, de acordo com avaliação atuarial realizada pela Unidade Gestora Única do Regime de Previdência, observado os limites mínimo e máximo.

Onde está o problema? Não passarão. Porque pelo que nós entendemos e pelos que sabemos, é constitucional a contribuição previdenciária da parte patronal. Como é que se passará numa Lei Estadual a exigir a parte patronal de cada um dos entes públicos que a compõe? Como se fazer este mecanismo? E aí é o grande bode da sala, que é apresentado na Previdência, que se faz o registro contábil - eu vou falar por 1990, quando ainda participava do sistema financeiro e que recebia aporte de recurso.

A contabilidade têmpera, de responsabilidade do Edilson na Secretaria de Fazenda, repassava um ofício dizendo: “contabilize o valor de tantos milhões equivalentes à Previdência, parte patronal do Tribunal de Contas, e mandava o valor líquido, o valor já deduzido da parte patronal no repasse do duodécimo de cada um dos Poderes”. Funcionava assim e funcionou assim ao longo do tempo.

O que isso implica dizer? A parte segurada é de responsabilidade do Tesouro Estadual. Se não abriu e repassou ao Fundo de Previdência, ao Órgão de Previdência, responsável pela aplicação do recurso, esse valor ficou em poder do próprio Estado de Mato Grosso, na Conta Tesouro, durante todo esse tempo.

A Lei Complementar nº 268 fica aditado um parágrafo dizendo que a parte patronal passará a ser igual ao dobro da dos servidores para o FUNPREV–Fundo Previdenciário do Estado de Mato Grosso por 90 dias, e o problema continua, após a adesão. Somente depois que aderir ao FUNPREV.

Nós temos uma particularidade. Alguns dos órgãos do Estado mantêm sua conta previdenciária, mantêm o destaque de um valor, como é o caso do Ministério Público, e faz esse recolhimento a uma conta à parte, que é aplicada sobre as regras e as condições previdenciárias. Tem saldo suficiente para pagamento dos seus benefícios atuais e até 2040 aproximadamente.

Mas se o Fundo é único e o regime é único, à medida que esses valores carregam para o bolo geral da previdência, eles não têm saldo para pagar nem o próximo benefício previdenciário do mês que vence.

Então, é um problema de monta, de proporção, de tempo, que pretende ser resolvido e não pode ser com uma varinha de condão do dia para a noite.

As receitas não recebidas para 2015 são da ordem de R\$01.804.042.082,00. É o déficit financeiro aportado pelo Poder Executivo Estadual.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO
AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU
PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS,
REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO
BRASIL-OAB/MT.

Esses são dados, como eu disse, de balanços oficiais disponíveis na *internet*, sob os números dos processos: aquele referente a 2013, Processo nº 71943/2013; aquele referente ao Processo nº 25364, o relatório técnico na página 54, à disposição de todos na *internet*.

O Parecer Atuarial identificou a existência de um superávit atuarial da ordem de 01 bilhão, 128 milhões de reais, evidenciando suficiência do custeio em relação às obrigações previdenciárias assumidas pelo plano. Então, para considerar para essa avaliação o valor do patrimônio do FUNPREV, composto por imóveis adotados pelo ente público Estado de Mato Grosso, no montante de R\$14.928.147.131,52, com a finalidade de amortizar o déficit atuarial do RPPS-MT, cujo montante é de R\$13.799.717.853,47, dados em 2013.

Com a tabela fica mais fácil de visualizar de que havia um tratamento em 2011 sob uma determinada ótica, 2012-2013 veio alguém com uma vara de condão que resolveu aportar 15 bilhões ao sistema, sendo que ao longo de quarenta anos não foi aportado nenhum valor - em imóveis, é bom que se diga.

Nesse sentido, resta comprovada a ilegalidade relativa aos imóveis. Esse é um trecho da decisão que foi apresentada, uma vez que tais imóveis não estão aptos para serem transacionados. Logo, não poderiam ser objeto de financiamento do passivo atuarial e da insuficiência financeira do RPPS-MT.

Para ter uma ideia, no Rio de Janeiro colocaram até o Cristo Redentor e o Pão de Açúcar.

Aqui tivemos algumas particularidades mais próximas, colocaram bairros, colocaram órgãos que já estão edificadas em imóveis, como se fossem disponíveis para que pudéssemos utilizar.

Então, no achado vinte do Relatório Técnico nº 30.384/2014 vem demonstrando que R\$13.486.330.834,97 não mais pertencem ao Estado de Mato Grosso quando foram dados em garantia para que pudesse haver a solvência do sistema, ainda que a maioria desses valores, todos eles, pertenciam a particulares, órgãos públicos federais, estaduais, prefeituras, matrículas repetidas, penhorados, em arresto, escolas, centros sociais, SESI, Caixa Econômica, Loja Maçônica, Linha de Transmissão.

Um valor que temos de cinco escrituras já nos mostra 09 bilhões. São áreas do bairro Pedra 90, bairro Planalto, CPA IV, Tancredo Neves, Três Barras, Pedregal. Só por essas escrituras, somamos 10 bilhões, 10 bilhões de bairros colocados como garantia para nossa previdência futura.

Então, com base nesses dados imprecisos é que foi construída a famosa análise atuarial, Avaliação Atuarial, para que permitisse dizer que havia a possibilidade, com base nesses fundamentos, único e exclusivamente para a liberação do CRP. A verdade é essa.

Liberou a CRP pela previdência oficial para que Mato Grosso pudesse contrair novos financiamentos e novos convênios ao longo do tempo.

Nós temos, portanto, que 90% de tudo que foi dado como garantia não pertencia ao Estado de Mato Grosso.

É uma realidade, está no relatório, foi comunicado, vamos ver na folha seguinte. Na verdade, tínhamos 1 bilhão e 441 milhões de imóveis desembaraçados para poder honrar o compromisso a que se servia, que seria de servir como hipoteca para poder arrecadar recursos ao pagamento previdenciário.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO
AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU
PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS,
REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO
BRASIL-OAB/MT.

No caso, o relator neste processo em particular de 2014, José Carlos Novelli, encaminhou para o conhecimento dos fatos e adoção de providências ao Governador do Estado. Então, não há como definir que não era do conhecimento do Chefe do Poder Executivo a realidade previdenciária que aqui já foi apresentada, muito porque o decreto é do Executivo Estadual. Então, o decreto depende do Chefe do Executivo anular, rever, reavaliar, se não ele a Assembleia Legislativa emitir um decreto legislativo para correção dessas matrículas que estão todas elas já comprometidas.

O calote do Estado na cota Patronal, portanto, é de 1,8% no exercício mais recente. O Estado fez um aporte de 722 bilhões como garantidor, que é nesse sistema em 2016, e ele fala que é déficit financeiro que ele anuncia de 722, que chegará a 830, pelos anúncios que é feito pelo governo estadual, são valores de aporte obrigatório do Estado, mas que ao longo do tempo não foram disponibilizados para o regime de previdência.

No caso, ao invés do nome de regime de previdência do Estado de Mato Grosso, tinha que ganhar o nome de regime de previdência dos servidores e ser repassado para que fosse administrado por uma autarquia... (PALMAS) ...sob a responsabilidade desses, ou seja, deixa de passar um bilhão e torna o sistema, o que tornaria o sistema, superavitário, mas na verdade, o repasse deveria ter sido de 1,8%, estamos falando apenas do exercício de 2016.

Pretende aumentar alíquota do servidor para suprir o déficit, ou seja, foge de suas obrigações e repassa para que nós paguemos a conta, eu também gostaria de estar nessas condições de tomar a cerveja no boteco e deixar para o dono do bar se virar com o que eu tivesse bebido. (PALMAS).

A certidão atuarial foi, portanto, disponibilizada a partir da utilização daqueles dados do decreto, o Governador tomou ciência, o Estado precisa regularizar a cota patronal, realizar concurso que é um item importante, são três bases de receita principal que o Estado, que a previdência poderia realizar, em termos de servidor público por meio de concurso, porque quem faz por meio de contrato temporário e terceirizado acaba transferindo o recolhimento para o regime geral. Não fica aqui e o Estado ainda é submetido ao desconto que é feito no STE, quando o repasse é feito da União para o Estado, o INSS já fica com a parte patronal e segurado, do Estado de Mato Grosso.

A possibilidade de se adotar previdência complementar, para os futuros servidores e pensar no sistema de tal forma que haja uma adesão, na construção de um modelo novo como atualmente na Caixa Econômica, Banco do Brasil na própria União, vinculado ao teto da previdência geral aquela aposentadoria normal do servidor que vem contribuindo para tal.

E a diferença com a complementação a parte, que seja administrada, gerida, de preferência, por nós, para que possamos recorrer às necessidade futuras. (NESTE MOMENTO UMA PESSOA DA PLATEA QUESTIONA O ORADOR – INAUDÍVEL.).

O SR. LÁZARO DA CUNHA AMORIM - Só para os futuros servidores, claro.

Estou me aposentando em setembro do ano que vem, se Deus permitir, e dar saúde e vida até lá, mas que tenha a oportunidade para que outros também tenham merecida aposentadoria.

Fui convidado a vir para o concurso público, para a função, com a promessa de que não precisaria patrimonializar e no fim da vida seria bancado pela minha remuneração integral, aí poderia viajar, desfrutar do convívio da família, participar das coisas com tranquilidade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO
AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU
PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS,
REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO
BRASIL-OAB/MT.

Eu não fui convidado para vir ao serviço público para bancar a minha própria pensão e a aposentadoria e deixar desassistido no momento da dificuldade e da doença, no momento da saída, de poder honrar compromisso que todos nós temos e postergamos para o futuro.

E aí está o bode, o bode da Previdência, olhem o tamanho dele.

No Projeto de Lei que foi encaminhado em 18 de dezembro para a Assembleia Legislativa, o Poder Executivo Estadual encaminhou dizendo, como mensagem de apresentação, que o déficit apurado pelo seu sistema próprio é de 23 bilhões, 172 milhões, 735 mil, 133 reais e 74 centavos.

Tenho certeza de que a parte segurada foi recolhida do meu salário, depositada e não tenho certeza de ter sido bem administrada.

Muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Muito obrigado, Sr. Lázaro da Cunha Amorim, Auditor do Tribunal de Contas, representante indicado dos trabalhadores do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Parabéns pela palestra que foi bastante esclarecedora.

Registro a presença da Sr^a Eliane Siqueira, Presidente do Sindicato dos Médicos de Mato Grosso.

Muito obrigado pela presença!

Registro a presença também do Cel. aposentado, Professor Doutor Edson Benedito Rondon Filho, meu professor, Conselheiro do MTPrev e representante dos servidores do Executivo.

Nós vamos passar a palavra para os componentes da mesa e logo depois à plateia para consolidarmos esta Audiência Pública, com a participação da população.

Com a palavra, o Sr. Oscarlino Alves de Arruda Júnior, Presidente do Sindicato dos Servidores da Saúde de Mato Grosso.

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR – Bom dia a todos e todas.

Cumprimento o dispositivo de honra, meus companheiros do Fórum Sindical, do FISCO, Leovaldo; o Wagner; Deputado Valdir Barranco; Deputado Professor Allan Kardec, pela iniciativa; os colegas companheiros das instituições ligadas ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Em nome da Dr^a Luziane, Defensora Pública, cumprimento todas as mulheres, em especial, presentes neste Auditório.

Eu só quero fazer algumas considerações, colocar algumas variáveis para acalorar e apimentar um pouquinho mais a discussão, porque nós temos sofrido muito nas Audiências Públicas. Frequentamos todas as Audiências Públicas, principalmente, com a instalação do novo Governo. O Governo Pedro Taques, que nós confiamos nas urnas de outubro de 2014, e muito nos tem decepcionado em relação ao nosso voto de confiança.

Eu gostaria de cumprimentar e agradecer muito este reforço nesta luta que ganhamos agora, no momento decisivo desta luta em proteção à previdência nossa local e em nível nacional, do regime próprio, do regime geral. Gostaríamos de agradecer muito intensamente aos profissionais, colegas, servidores públicos ligados ao Tribunal de Contas do Estado que têm nos ajudado muito nessa discussão, inclusive nesse novo parecer que está servindo de subsídio. Alimentamos inclusive a nossa Ação Direta de Inconstitucionalidade a Lei nº 10410, de 2016, que parcelou injustamente apenas a RGA dos servidores do Poder Executivo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS, REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-OAB/MT.

Eu gostaria, primeiramente, antes de colocar algumas variáveis, de saber até para conhecer, que levantassem para fazermos uma salva de palmas dos colegas servidores públicos representantes de todos os servidores dos Poderes e o Conselho de Previdência do Estado de Mato Grosso que estão aqui presentes.

(TODOS SE LEVANTAM)

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR – Gostaria de uma salva de palmas para esses colegas... (PALMAS)... Porque é pela união desses colegas, pela junção de ideias, pela troca de ideia sentar a uma Mesa de forma mais responsáveis por esses colegas é que vamos conseguir dialogar e vamos conseguir contrapor as informações que são colocadas de forma abruptas sem colocar dados lá no Conselho do MTPrev e o seu Conselho de Previdência, no Conselho Fiscal. Conselho Fiscal este que parece que não foi preparado até hoje, desde 2014, com o advento da Lei nº 560 para poder fiscalizar as ações e o Fundo Previdenciário do Estado de Mato Grosso, que até hoje estamos sem Regimento Interno para poder fiscalizar isso lá no Conselho de Previdência.

Pois bem.

O que nós precisamos discutir são soluções e colocar os papéis e os dados sobre a Mesa. Nós temos dialogado na Assembleia Legislativa em um debate praticamente inócuo, porque ficam sindicatos, servidores públicos dialogando com Parlamentares, alguns Parlamentares que se dispõem a discutir sem dados lá na Assembleia Legislativa. E para a nossa surpresa nós vemos acompanhando paulatinamente os dados que são apresentados nas Audiências Públicas, mas desta feita gostaria de expor aqui que no dia 28 de março, quando o Governo do Estado apresentou o cumprimento das metas de 2016, referente ao terceiro quadrimestre do ano. Primeiro, eles apresentaram, fizeram uma apresentação, fizeram um relatório e apresentaram na Assembleia e, em três dias, eles mudaram esse relatório.

O relatório apresentava uma situação do Estado superavitária e, no dia da apresentação, apresentaram uma situação deficitária no resultado final, em um dos quadros da apresentação. E para nossa surpresa, nessa feita, não foi apresentado o quadro em que se apresenta o percentual de gastos com os Poderes, o percentual que é destinado em forma de duodécimos aos Poderes e a sobra histórica de recursos dos Poderes que viemos acompanhando.

Quadrimestralmente, viemos apurando esses recursos e quadrimestralmente vem uma situação linear de sobra de caixa de mais de 01 bilhão de reais, enquanto falta dinheiro para se pagar médicos nos hospitais, para pagar direito dos trabalhadores, para executar as políticas públicas de saúde, educação e segurança pública.

Não se mostrou a evolução da renúncia fiscal do Estado de Mato Grosso nessa apresentação em Audiência Pública no dia 28/03. O Governo Silval Barbosa, em dezembro de 2014, entregou o Estado com uma renúncia fiscal... Renúncia fiscal é aquela legal, que é prevista, que tem algumas contrapartidas, as empresas beneficiárias desse sistema, dos programas que nós temos instalados no Estado têm que apresentar contrapartidas.

Nós não estamos colocando aqui a Lei Kandir, que é outra situação, que é uma lei lá desde 1992 que precisa de uma revisão urgente também, porque por meio dessa política fiscal adotada no Estado, tendo em vista o fisco, “eu não faço investimentos para se melhorar a eficiência da arrecadação”, inclusive temos rumores de que se fala que parte da produção primária que sai com

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS, REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-OAB/MT.

os incentivos fiscais por meio da Lei Kandir fica no próprio mercado interno, isso é uma forma de sonegar imposto também.

E aí a renúncia fiscal faz uma evolução de 01 bilhão, de dezembro de 2014, para 02 bilhões e meio, e nós precisamos saber as contrapartidas que as empresas têm dado com relação à geração de empregos, à evolução da geração de empregos no Estado, à melhoria no Índice de Desenvolvimento Humano - IDH em nosso Estado.

O que o Estado contribuiu com essa renúncia fiscal? Porque, há poucos dias, foi divulgado um relatório em que o IDH brasileiro caiu para 79ª posição, caindo 19 posições. Se há evasão de recurso fiscal por meio de incentivos, nós precisamos saber se isso está melhorando a vida... Se os patrões, se os empresários estão dividindo os lucros com os empregados, porque isso está dentro do programa de renúncia fiscal e é papel da Assembleia Legislativa fiscalizar e apresentar esse relatório, coisa que não tem feito nas Audiências Públicas de prestação de contas.

Outro advento que foi salvador da pátria para regularizar a situação fiscal do Estado foi excluir da base de cálculo das despesas o Imposto de Renda retido na fonte dos servidores públicos do Estado. Queremos saber também detalhe sobre essa conta, porque dos Poderes... Como eles têm que repassar recursos financeiros por meio dos duodécimos, é feito o recolhimento mediante uma guia e devolvido para os Poderes esses recursos do Imposto de Renda, fazem inclusive duplamente o cálculo do percentual dos duodécimos, fazem duas vezes.

E do executivo está indo para onde? Setecentos milhões de reais seriam uma solução, nós temos que parar com esse negócio, precisamos até de esclarecimento do Tribunal de Contas, porque se fala que o Estado... O Secretário de Fazenda, quando nos apresenta esta situação, apresenta-nos como numa receita contábil. Como contábil, se é descontado do nosso salário e ele fica... Por meio de um encontro de contas, mediante um convênio do fisco federal com o fisco estadual, ficam 700 milhões no cofre. Para onde está indo esse dinheiro? Já daria, inclusive, para poder ajudar a financiar esses rombos, esses desvios de finalidade que foram feitos no passado com relação ao nosso fundo previdenciário.

Outra situação que não foi apresentada para nós, que é histórico... Nós precisamos saber, é um percentual da receita corrente líquida do Estado, com relação aos Poderes, porque lá na Lei de Responsabilidade fiscal – fugiu agora o artigo – é dito que para garantia do pagamento da folha dos Poderes... Do Executivo, 49% da receita corrente líquida para o Poder Executivo, 11% para os Poderes, divididos os percentuais.

Os Poderes ficaram sócios da receita corrente líquida, estão passando de 17% a 20% da receita corrente líquida do Estado e está sobrando dinheiro, tanto é que a Assembleia Legislativa está comprando ambulâncias, 150 ambulâncias para os Municípios. Nosso SAMU, que é estadual, está rodando numa sucata (PALMAS), ambulâncias de 2007/2009, então são situações incoerentes, precisamos de justificativas, que não estão sendo apresentadas para nós também.

Outra situação que nós precisamos saber, juntamente com os Deputados fiscalizando e o Tribunal de Contas, é a aplicação do FETHAB, Fundo Estadual de Transporte e Habitação, nós temos dados que dizem que a aplicação do FETHAB é de praticamente 0% no programa habitacional, que poucos têm contribuído para diminuir o déficit habitacional do Estado. E a outra parte está sendo utilizada inclusive para financiar os Poderes agora pelas novas leis. Isso é um recurso apartado, se eu não recolho diretamente para os cofres do Estado, coloco em sua parte e

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS, REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-OAB/MT.

aplico do jeito, de acordo com a minha conveniência, merece fiscalização por parte da Assembleia Legislativa e uma prestação de conta.

Outra situação é a propaganda institucional do Governo indiscriminada, está sendo utilizado o dinheiro público para falar mal de servidor, para falar de greve, para falar mal de professor. Vemos a farra acontecendo na Caravana da Transformação. Dinheiro público em palanque, como circo montado, fazendo cirurgias de cataratas em vez de instalar esse serviço no Estado, criar serviço de referência, estão se fazendo em condições sanitárias não apropriadas e digo aqui e registro: servidores públicos do Poder Executivo da saúde são contra essa politicagem que o Estado tem adotado e vetamos isso no Conselho Estadual de Saúde, mas o Governo continua utilizando recurso para poder fazer essa politicagem. (PALMAS)

O Governo utiliza... Na base da conta dele, quando vai prestar conta, que os salários dos aposentados e pensionistas fazem parte da base de cálculo dos 09 bilhões, foi apresentado aqui 07 bilhões e 38 milhões de reais de despesa com pessoal. Foram aprovados na Lei Orçamentária Anual 11 bilhões e 400 milhões de reais. Para onde vai essa diferença que foi colocado? Para que tudo isso de recurso? Para gastar com folha de pessoal.

Está na Lei Orçamentária, no projeto da Lei Orçamentária Anual, inclusive, o Tribunal de Contas localizou uma deficiência e solicitou por meio de ofício que fosse alocado mais 01 bilhão e 400 milhões de reais nos recursos orçamentários para ser efetivado no ano de 2017.

Se há esse recurso de 11 bilhões e 400 milhões de reais previstos, já dá até inclusive para nós destinarmos parte para o nosso fundo previdenciário. E ele compara a folha de pagamentos. Uma coisa injusta, uma mentira muito grande! Compara a evolução da receita tributária do Estado, o crescimento da receita tributária com o crescimento indiscriminado... Com o crescimento vegetativo da folha de pagamento e coloca os aposentados e pensionistas.

Uma mentira grande! Por quê? Porque os aposentados e pensionistas têm recursos próprios, têm receita vinculada e não podem fazer parte dessa conta. E quando se exclui isso da base de cálculo, o crescimento da folha, o crescimento vegetativo fica muito abaixo do crescimento da receita tributária do Estado.

Outra situação, nós, servidores públicos do Poder Executivo, ajudamos o Estado a duras penas de prejuízo, de danos morais e financeiros. Ele, abruptamente, falou que não pagaria nossa RGA, em maio de 2016, para manter a folha de pagamento do Poder Executivo em dia, e não fez nem um, nem outro.

Não pagou nossa RGA (PALMAS) e começou, a partir de setembro de 2016, a atrasar o nosso salário, porque em que pese esteja previsto na Constituição Estadual que o Governo pode pagar o salário até o dia dez, isso demanda uma negociação, um tempo para podermos nos adaptar, mas isso não aconteceu.

É uma enxurrada de ações judiciais oriundas do estouro de contas dos companheiros, dos colegas servidores, aposentados e pensionistas, que foram exonerados na mesma vala dos trabalhadores ativos... Atrasos de contas, vexames, danos morais perante as nossas contas, porque pagamos, como o próprio Governo fala, “carnezinho”, pagamos carro financiado, pagamos a nossa habitação financiada, pagamos os carnês das escolas dos nossos filhos, sempre na primeira quinzena, ninguém paga praticamente na segunda quinzena para frente, porque depositávamos confiança.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO
AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU
PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS,
REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO
BRASIL-OAB/MT.

Mas nem o calendário da folha de pagamento com a garantia do nosso pagamento nós não temos mais. O Governo que surrupiou os cofres públicos respeitava, pelo menos, o servidor. Está pagando, pagando a duras penas os crimes na justiça. E aqueles que cometeram crime agora também contra o trabalhador, também acredito que deverão cumprir com essas penas, futuramente.

Graças a esse salário nosso, descontado e pago no dia dez, graças ao nosso salário, está lá apresentado na prestação de contas, isso apareceu: sobra de caixa no Poder Executivo, agora. Nós proporcionamos, graças ao atraso de pagamento dos nossos salários, sobra de caixa no Poder Executivo, mas não vimos a sobra de caixa nos demais Poderes.

Se o Estado de Mato Grosso, com sua produção pujante, um Estado que cresce, de forma pujante, campeão na produção de milho, algodão, soja, e que contribui positivamente no equilíbrio da balança comercial brasileira, merece, sim, tratamento diferenciado.

O Governador precisa ser defensor do Estado de Mato Grosso e negociar essa dívida vexatória que, na verdade, sabemos que a finalidade toda é manter esses fundos para a emissão de títulos e a questão do ataque à previdência. Tudo isso é para... Quem financia os políticos, a maioria dos políticos, quem financia o sistema financeiro internacional é quem manda no nosso País. Eles querem acabar com a seguridade social, com as conquistas dos trabalhadores, querem acabar, de vez, com a saúde pública, querem acabar, de vez, com a previdência e com a assistência social.

Estamos convidando todos os trabalhadores, tanto da iniciativa privada quanto do serviço público, para amanhã fazermos novamente um grande ato público unificado, simbolicamente, em frente ao Tribunal Regional do Trabalho, na Avenida do CPA, onde faremos a nossa manifestação contra a Reforma da Previdência e contra a Reforma Trabalhista.

É o seguinte, esses projetos não são de agora. Esses projetos, irei até utilizar a fala do colega do SINTEP, o Presidente Henrique, são ovos de serpente que estão sendo chocados no ninho há muito tempo. Um ovo desses já eclodiu, no apagar das luzes na Câmara, que é a lei da terceirização, é um ato concatenado com outro.

Vamos nos unir agora, trabalhadores, vamos acordar os colegas, os companheiros trabalhadores da iniciativa privada, que não acordaram ainda, isso não significa que não estejam indignados, porque essa conta... E a mídia, paga com o dinheiro público, massifica, martela isso todo dia na cabeça do trabalhador.

Há poucos dias, eram 12 milhões de desempregados, hoje, já são 14 milhões de desempregados e ficam jogando que essa reforma é necessária. Vamos nos unir, estamos à disposição e vamos à luta! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ALLAN KARDEC) - Obrigado, Oscarlino, é bastante significativa a sua participação.

Eu peço a nossa equipe de Cerimonial que instaure agora o tempo, o companheiro Oscarlino utilizou 17 minutos, quase igual aos nossos outros dois primeiros palestrantes. Mas deixamos esse tempo, porque o Oscarlino tem muita informação e nos representa em várias frentes.

Então, a partir de agora, colocarei os três minutos, e peço que façam o uso dos três minutos e mais um para o encerramento. Aí farei uma dinâmica assim, gente, para que não esperemos todos da mesa falarem, para que a plateia comece a se manifestar.

Peço ao companheiro João Dourado, Presidente da Central Única dos Trabalhadores, que faça o uso da palavra e já se prepare na plateia para que façamos uma fala da

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS, REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-OAB/MT.

plateia e uma fala da mesa, o Allison Trindade, Presidente do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de Mato Grosso. Logo após o João Dourado, o Allison.

O SR. JOÃO DOURADO - Bom dia, companheiros e companheiras, colegas; na mesa, em nome da Dr^a Lusiane e do companheiro e Deputado Estadual Professor Allan Kardec, cumprimento toda a mesa, as trabalhadoras e os trabalhadores da Casa, da Assembleia Legislativa.

É importante esse debate, eu acho que nós estamos numa conjuntura que, quanto mais nós debatermos, mais dialogarmos, quebrarmos essa contradição do Governo ilegítimo e do Governo do Estado, os dois estão acomodados em destruir os direitos dos trabalhadores, porque cada vez mais nos convencem que a questão não é técnica, o argumento não é técnico, o argumento é político: desmontar o Estado brasileiro, o Estado social, as políticas públicas para o sistema financeiro predador, que se apropria fortemente dos recursos públicos e dos nossos direitos.

E para isso, companheiros e companheiras, não tem outra alternativa. Para o Governo, é o povo nas ruas, o trabalhador nas ruas, tem que ser na rua, com argumento político, porque, quando chama para o debate técnico, eles não vêm, porque o argumento deles não é técnico.

O Estado de Mato Grosso é diferente dos outros Estados, por mais que tenhamos aqui uma política prioritária só para o agronegócio e não para o Estado, que possa agregar valor e diminuir a desigualdade social... Com toda a desigualdade que nós temos no Estado, esse Estado é diferente dos outros, porque ele colocou junto, porque ele está acomodado com o Governo Federal para destruir direitos.

E por isso é na rua. Como disse o Oscarlino aqui, dia 11, amanhã, todos os servidores têm que ir para as ruas, ninguém está fora dessa política de desmonte, companheiros, ninguém. E dia 28, como disse o companheiro lá, nós podemos usar o moinho de vento, mas se for preciso uma barreira de vento, não... E dia 28, greve geral, neste País, para barrar esse desmonte. (PALMAS)

O Estado de Mato Grosso não está fora da política nacional, portanto, todos têm o compromisso aqui no Estado de Mato Grosso, dia 28 de abril, greve geral. Vamos cruzar os nossos braços, companheiros, servidor público, trabalhador privado, do setor privado. Todos nós temos que, dia 28, fazer uma greve geral. É com pressão política, com o povo na rua, que nós vamos barrar esse desmonte que está posto aí.

Então, dia 28 todos de braços cruzados para não perdermos os nossos direitos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Muito bem, Presidente João Dourado.

Registro a presença e convido para compor a mesa o Vereador Paulo Araújo, Vereador licenciado da Câmara, mas servidor público do Estado de Mato Grosso. (PALMAS)

Passo a palavra ao primeiro inscrito da platéia.

Com a palavra, o Sr. Alisson Fagner dos Santos Trindade, Presidente do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de Mato Grosso.

O SR. ALISSON FAGNER DOS SANTOS TRINDADE – Bom dia, senhores!

Hoje, estou como Presidente do Conselho Fiscal de Previdência, escolhido pelos servidores do Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS, REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-OAB/MT.

É importante colocar aqui que o Conselho Fiscal foi implantado, mas até hoje o Conselho de Previdência, não sei por qual motivo, não coloca o Regimento Interno do Conselho Fiscal para ser votado. E sem o Regimento Interno o Conselho Fiscal não consegue funcionar.

Por um motivo que não entendemos, o Conselho Fiscal não consegue fazer a fiscalização do Sistema Previdenciário do Estado. Lembrando que o Presidente do Conselho Previdenciário é o Governador do Estado de Mato Grosso e é ele que define as pautas do que vai e do que não vai ser votado nesse Conselho Previdenciário.

Então, quero deixar isto aqui registrado, porque é algo muito preocupante. O Conselho Fiscal está muito preocupado, pois, simplesmente, ele não consegue fazer o seu trabalho, porque o Regimento Interno que o regulamenta não é votado no Conselho Previdenciário e nem colocado em pauta.

Sobre o que foi colocado aqui, como Presidente do meu Sindicato, isso é algo que já falamos no fórum, que já discutimos há muito tempo, porque sabemos que o Governo não precisa, não tem necessidade... O Governo do Estado de Mato Grosso está saneado na condição fiscal. Ele não precisa fazer congelamento. Ele, simplesmente, quer tirar esses direitos dos servidores, como os colegas da Previdência e o Auditor disseram, para usar para outros motivos. Então, estão querendo tirando tirar o dinheiro do servidor para aplicar em outros momentos, em outras situações que nós não sabemos quais são.

O nosso dever, como Presidente de Sindicato, é lutar pelo servidor e vamos brigar até o último momento. Não vamos deixar o nosso dinheiro ir para onde não sabemos, porque a Segurança... Como servidor da segurança sabemos que a segurança está sucateada; que a saúde está sucateada e para onde vai esse dinheiro do salário do servidor não sabemos, mas não queremos pagar o pato sozinho. E não vai ser só o servidor quem vai pagar. A população vai pagar, porque ela já está pagando. Ela não tem saúde de qualidade; ela não tem segurança de qualidade. Hoje, há familiares que esperam até 60 dias para ter um corpo liberado, porque não tem nem luvas no IML para fazer uma necropsia.

A situação fiscal do Estado não é ruim, mas o dinheiro nós não sabemos onde está. Então, não queremos pagar o pato dessa má gestão.

Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) - Obrigado, Alisson.

Seguindo os inscritos da mesa, o próximo a falar é o Sr. Antônio Vagner Oliveira, Coordenador da Central dos Sindicatos Brasileiros, e, depois o Dr. Toco Palma.

O SR. ANTÔNIO VAGNER OLIVEIRA – Bom dia, senhores e senhoras!

Em nome do meu Deputado Valdir Barranco e do meu companheiro Oscarlino, do Fórum Sindical, cumprimento a mesa de autoridades; em nome dos colegas do Fórum Sindical presentes na plateia, eu cumprimento os demais que aqui estão.

Muito obrigado pela presença dos senhores!

É uma pena que este auditório não esteja lotado de servidores, porque a responsabilidade é de todos e não, apenas, dos dirigentes dos sindicatos.

Senhores, vamos falar um pouquinho da dívida pública e dívida pública essa que consome 50% do orçamento do Brasil por ano, apenas, para pagamento de juros e amortização de juros, o que correspondeu a 1 trilhão de reais no ano passado para pagarmos bancos e organismos internacionais; dívida essa que no Estado de Mato Grosso, em 1997, era de 900 milhões. Nós já

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS, REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-OAB/MT.

pagamos cerca de 10 bilhões em amortização, em juros e, ainda, devemos cerca de 6 bilhões como explanado ali.

Montamos aqui, no Estado de Mato Grosso, o Núcleo pela Auditoria da Dívida Pública, capitaneado pelo Núcleo Nacional pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública, composto e organizado pela Dr^a Maria Lúcia Fattorelli. E aqui tem mais um companheiro do Núcleo, o companheiro William, que é Agente Tributário do Estado.

Muito obrigado pela sua participação lá, William. É muito importante que tenhamos várias entidades participando.

Esta semana a Secretaria de Fazenda nos entregou todos os dados da origem da dívida pública do Estado de Mato Grosso que era de 900 milhões, mas com a renegociação, com juros escorchantes praticados pelo Governo Federal, na época do Sr. Fernando Henrique Cardoso, hoje, devemos 6 bilhões de reais. Já pagamos os outros 10 de uma dívida de 900 milhões, como eu disse, dos quais 200 milhões são do falecido BEMAT, dívida privada de empréstimos contraídos por grandes fazendeiros, empresários, empréstimos não pagos, banco liquidado e dívida privada transformada em dívida pública.

Então, estamos aqui discutindo a retirada de direitos sem antes discutir a origem do problema da dívida pública. É um problema técnico e nós precisamos do Tribunal de Contas presente neste debate também, companheiros.

E aqui faço uma sugestão aos componentes da mesa e aos dois Deputados atuantes que são: proponho uma CPI da dívida pública. Uma CPI da dívida pública é muito importante para discutirmos essa origem e termos mais legitimidade e mais lastro probatório para debatermos esse assunto.

O Estado de Minas Gerais entrou, agora, com uma ação no STF discutindo, também, a compensação da Lei Kandir para o Estado de Minas. Eles entendem... Eles têm uma dívida de 62 bilhões, uma dívida pública com o Governo Federal. Como eu disse, essa dívida foi federalizada em 1997... (TEMPO ESGOTADO)

Mais um minuto para concluir?

E eles fizeram, entraram com uma ação no STF e entendem que eles têm 90 bilhões para receber de contrapartida por cálculos errados da compensação da Lei Kandir. Então, zeraria a dívida pública do Estado de Minas Gerais.

Por que o Estado de Mato Grosso não faz o mesmo enfrentamento, mas prefere retirar direitos dos servidores?

Senhores, precisamos discutir, também, por que pagamos por duas décadas aposentados e pensionistas da Assembleia Legislativa e esse dinheiro não foi devolvido aos cofres do Poder Executivo e continuamos pagando os aposentados e pensionistas de Mato Grosso do Sul, a mesma coisa, durante duas décadas? Por que o Estado de Mato Grosso do Sul não compensou esse dinheiro para o Estado em fundo de Previdência do Estado de Mato Grosso? Somos nós que vamos pagar essas duas contas, sendo que não as originamos? (PALMAS)

Muito obrigado senhores!

Vamos ficar com estas indagações que são importantes e suficientes.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Muito boas as indagações. Esse é o papel da nossa Audiência Pública.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO
AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU
PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS,
REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO
BRASIL-OAB/MT.

Com a palavra, o Sr. Manoel Antônio Garcia Palma, o Toco Palma, representando a OAB de Mato Grosso.

E da plateia prepara para a próxima fala a Sr^a Marta Rita de Campos Souza, Auditora do TCE de Mato Grosso.

O SR. MANOEL ANTÔNIO GARCIA PALMA (TOCO PALMA) – Bom dia a todos e a todas!

Bom dia, Deputado Professor Allan Kardec, Deputado Valdir Barranco; membros dos sindicatos; Sr. Oscarlino; Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

O meu discurso não será nem longo - isto é para as mulheres - longo é aquele longo chato. Será um discurso saia no joelho, nem minissaia, nem longo e nem minissaia. Será um discurso saia no joelho, porque a minissaia dá escândalo no mundo de hoje. Estamos vendo na Rede Globo em uma série das mulheres.

Eu quero dizer o seguinte: a OAB sempre lutou pelo direito dos cidadãos. Nós, da OAB... Nesta Casa sempre teve um debate que chamou a sociedade e a OAB, desde o início desse Governo e de outros governos, vem contribuindo para esta Casa de Leis, a Assembleia Legislativa que vem atuando em prol dos servidores.

Quero aqui, Deputado Professor Allan Kardec, dizer que o momento pelo qual passamos é de insegurança jurídica no País. Não podemos discutir, tirar direitos do servidor com essa insegurança jurídica. A OAB discutiu Reforma Tributária, a Reforma da Previdência e, agora, está discutindo essa PL 343 que o Governo sequer mandou para a Assembleia Legislativa. Tem a Federal que, também, está sendo discutida e a OAB não vai se omitir, principalmente nas questões dos servidores públicos que estão aqui presentes. Estão todos aqui. Estou vendo aqui vários funcionários do Tribunal de Contas, da Assembleia Legislativa, da OAB, também, aqui presente e quero cumprimentar a todos.

Dizer que esta Casa está sempre à disposição. É uma honra representar o Presidente da OAB, Dr. Leonardo Campos, e, também, a nossa opinião no tocante à insegurança jurídica.

Nós temos três tripés fundamentais da Constituição que são: a moralidade, a publicidade e a transparência que, infelizmente, não estão sendo respeitado no Brasil e no Estado de Mato Grosso. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ALLAN KARDEC) - Muito obrigado, Dr. Toco Palma.

Com a palavra, a Sr^a Marta Rita de Campos Souza, Auditora do TEC de Mato Grosso.

A SR^a MARTA RITA DE CAMPOS DE SOUZA - Bom dia senhores componentes da mesa, senhoras e senhores.

Eu tenho que dar minha contribuição.

Com 34 anos de trabalho não poderia inativar, hoje, e não me sinto tranquila para fazer isso.

O que sempre mais me preocupou foi a questão previdenciária do Estado. E digo que só está nesse ponto pela omissão de toda a sociedade, não só dos órgãos, mas de toda a sociedade, enquanto cidadãos que podem fiscalizar a coisa pública.

Eu digo aos senhores, quero registrar dois pontos essenciais para se enfrentar, realmente, com dados consistentes, essa questão previdenciária.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO
AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU
PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS,
REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO
BRASIL-OAB/MT.

Uma, o não funcionamento do Conselho Fiscal, como estou sabendo, é muito grave.

Isso tem que valer. Isso tem que funcionar. Temos que ter pessoas nesse Conselho com conhecimentos que possam fazer um acompanhamento *pari passu* de todo esse Fundo Previdenciário.

Conselho Fiscal pelas Leis previdenciárias não é necessário. Ele é impossível de não existir. É um ponto falho gravíssimo que tem que acontecer.

E esses componentes que estão aí para trabalhar nessa Comissão precisam urgentemente do apoio dos Srs. Deputados e de todos nós para pressionar a fim de que essa legislação seja aprovada o mais urgente possível.

Segundo ponto, Deputado, e isso é fundamental para a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso: nós temos dados que foram trazidos para o nosso conhecimento a situação grave. Mas eu digo para os senhores que só vamos conhecer realmente a nossa Previdência com uma avaliação atuarial, com uma projeção atuarial. Para quem não sabe, são os estudos que realmente vão consolidar a população que hoje deve ser custeada e futuramente pelo Fundo Previdenciário do Estado.

Não se concebe Fundos Previdenciários diversos, é o único. É o único. E onde estão os Poderes e órgãos, Tribunal de Contas, Assembleia Legislativa, Ministério Público, Defensoria Pública? Cadê? Eles não estão contemplados?

Quem aqui fez atualização cadastral para o FUNPREV? Alguém aqui foi solicitado há alguns anos? Eu estou com 34 anos e nunca me foi solicitado.

Tem que ter atualização cadastral de todos os servidores, aí nós vamos conhecer realmente a realidade desse déficit, se há um déficit nessa quantia, ou se é muito superior ou se é inferior.

Nós precisamos ter segregação de massas, sim, porque no estado que está, a situação no ponto que chegou, com certeza, a população jovem de servidores que vai adentrar ao serviço público será muito penalizada, e nós antigos não estamos tendo segurança.

Hoje eu não sei mais por onde vou receber o meu salário quando me aposentar se é pelo Tribunal ou se é pelo Fundo.

Então, eu digo aos senhores, principalmente, o Instituto tem que ver os avaliadores atuariais, o atuário, que tem que ter um registro no IBA – Instituto Brasileiro de Atuárias, que tem que ser profissionais competentes, e não vai ser só um, um estudo urgente, urgentíssimo, para, a partir de então, nós, realmente, conhecermos a situação real para estudar a alíquota patronal, a alíquota segurada e aporte que o Governo deve colocar, sim, porque alguém ficou com o nosso dinheiro, e não fui eu e não foram os senhores. Correto? (PALMAS).

Então é necessário, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) - Muito bem, companheira!

Obrigado pela participação!

Com a palavra, o Vereador Luís Cláudio Sodré, da Câmara Municipal de Cuiabá, a quem agradeço pela participação.

O SR. LUÍS CLÁUDIO SODRÉ – Bom dia a todos!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO
AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU
PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS,
REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO
BRASIL-OAB/MT.

Em nome do Deputado Professor Allan Kardec, cumprimento os componentes da mesa, todas as autoridades aqui presentes; em nome da minha amiga Jane, Presidente da nossa Associação, e do meu amigo Rosino, do Tribunal de Contas, cumprimento a plateia.

Eu vejo aqui rostos conhecidos, Deputado, porque nasci da base de servidor público. Sou funcionário do Tribunal de Justiça há trinta anos. Não vou aposentar logo como o Lázaro, que é mais velho do que eu, vou aposentar daqui a oito anos e tenho a preocupação, exatamente, com a questão desse bode na sala que pode virar um dinossauro.

Eu fui gestor de uma Previdência própria do servidor do Tribunal de Justiça que se chamava ISS PJ. Como gestor de Previdência e Assistência Social, nós nunca, em oito anos, de existência tivemos um repasse da Patronal creditado na nossa conta. Nunca!

E quando vejo os dados preocupantes que o Lázaro coloca aqui que o Patronal passará a contribuir. Pessoal, se não tomar uma atitude, essa Previdência própria nossa será só nossa, não haverá um dedo do Estado e não haverá contribuição do Estado.

Eu, junto com vários outros colegas do Tribunal de Justiça, acredito muito nesse Governo que aí está. Eu fiz campanha, coloquei adesivos em carros, acreditando nessa pessoa que está lá, o Sr. Pedro Taques, como Senador da República, foi um dos melhores Senadores da República, mas quando assumiu o Governo do Estado, realmente, foi decepção atrás de decepção.

Não é porque o Tribunal de Justiça e os servidores da nossa Casa estão recebendo a RGA e estamos com salário em dia que não criticamos este Governo. Enganam-se os senhores!

De dez pessoas que pergunto no Tribunal, Deputado, quem é que votaria de novo nesse Governador? Onze respondem que não. Onze dizem não. Sabem por quê? Porque precisamos de governantes que respeitem as pessoas; precisamos de governantes que não usem o primeiro nome, o primeiro verbo lá, nem sei como fala isso, a primeira pessoa: “eu sou isso”; “eu sou aquilo”.

Encerro as minhas palavras aqui... Acabei de ler um livro agora sobre a Guerra do Paraguai e estava vendo a biografia de Francisco Solano López, imperador daquela terra, que o povo inteiro dizia que ele era El Mariscal.

Eu vejo nas atitudes de Solano López as mesmas do governador Pedro Taques.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Muito obrigado, Vereador.

Volto a palavra para a plateia, com o Rodrigo Sávio Pacheco Costa, Auditor Público Externo do TCE.

Logo depois do Rodrigo, finalizo a mesa com Leovaldo Antônio Aparecido Duarte, para fazer uma fala pela mesa.

Rodrigo Sávio, a palavra está com o senhor.

O SR. RODRIGO SÁVIO PACHECO COSTA – Bom dia a todos!

Há muitos assuntos importantes, mas eu irei pontuar só um.

Entendo que o governo do Estado está correndo risco em relação a RGA de cometer uma inconstitucionalidade, que pode gerar um passivo imenso para o Estado.

Por quê? Se fizermos um comparativo entre os direitos dos trabalhadores da iniciativa privada com o dos servidores públicos, veremos que...

Eu faço uma pergunta, um exemplo. A melhor forma de explicar isso é dizendo para vocês assim: você tem uma empregada doméstica em casa, quando chegar a data-base em que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO
AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU
PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS,
REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO
BRASIL-OAB/MT.

aumenta o salário mínimo, se você não aumentar para ela, você poderá sofrer sanção da Justiça do Trabalho. Ou seja, ninguém pode deixar de ter o reajuste de salário.

Somos hipossuficientes, assim como os trabalhadores da iniciativa privada. Então, a RGA é justamente para que não ocorra essa arbitrariedade de congelar salário.

Eu vejo que se neste País existe justiça, não há a possibilidade de congelar o salário do servidor.

Era para isso que eu queria chamar a atenção, para fazer essa similaridade entre a iniciativa privada e os servidores públicos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Muito obrigado, Rodrigo.

Agora passo a palavra à mesa, ao Sr. Leovaldo Aparecido Duarte, Presidente do Sindicato dos Profissionais de Tributação, Arrecadação e Fiscalização, meu conterrâneo santantoniano.

O SR. LEOVALDO APARECIDO DUARTE – Bom dia a todos e a todas!

Cumprimentando o meu conterrâneo, Deputado Allan Kardec, cumprimento toda mesa.

Cumprimento também os nossos colegas do Fórum Sindical.

Quero dizer inicialmente a decepção com os outros Deputados da Assembleia Legislativa.

Este é um momento ímpar para que estivessem aqui ouvindo o outro lado da história.

Nós temos visto pela imprensa, e até pessoalmente, Deputados dizerem que com discussão ou sem discussão vão aprovar o projeto que o Governo vai mandar para Assembleia Legislativa.

Esse seria o fórum ideal para que eles tirassem suas conclusões e vissem que a coisa não é do tamanho que está propagando.

Em relação ao Fisco eu quero dizer, Oscarlino, que a situação é complicada. O Fisco de Mato Grosso tem, sim, muitas condições de ajudar o Estado a sair dessa situação. Porém, é grave a situação do Fisco.

O Fisco de Mato Grosso trabalha sob condições precaríssimas de trabalho, com postos fiscais totalmente sucateados, colegas trabalhando em ambientes extremamente insalubres e mesmo assim tem respondido positivamente em relação arrecadação do ICMS do Estado de Mato Grosso.

Só para exemplificar, alguns meses atrás se desencadeou nos postos fiscais uma operação em cima de milho, de algumas empresas que têm o benefício de regime especial, que estavam tirando milho como se fosse industrializado do Estado de Mato Grosso e deixando de recolher imposto. Numa operação de uma semana se arrecadou aproximadamente 10 milhões, constatando que o milho estava saindo daqui sem nenhuma industrialização.

Então, esses são exemplos que nós temos do Fisco.

Em Mato Grosso algumas empresas nunca receberam um fiscal dentro da sua empresa para fazer uma auditoria, para contar seu estoque. Isso é preocupante!

Ao invés de penalizar o trabalhador, aquele que gera renda com seu salário, que circula o salário dentro do Estado de Mato Grosso, vamos atrás do sonegador.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO
AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU
PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS,
REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO
BRASIL-OAB/MT.

Não podemos mais ficar naquela conversa de que o Fisco vai entrar nas empresas para achacar, para fazer isso, fazer aquilo. Muito pelo contrario, o Fisco vai para promover justiça fiscal, porque aquele que paga correto não terá a concorrência desleal dos sonegadores.

Obrigado.

Era isso o que gostaria de colocar para vocês. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Muito bem, companheiro Leovaldo.

Passo, então, a palavra para a plateia, para os dois últimos inscritos e depois faremos as considerações finais dos componentes da mesa, especialmente à Dr^a Luziane Ribeiro, Defensora Pública, que fará uso da palavra.

Com a palavra, o Sr. Haroldo de Moraes Júnior, Vice-Presidente do SINDICONTAS e, por último, a Sr^a Jane Selma Barbosa, Presidente do ASPOJUC.

Com a palavra, o Sr. Haroldo de Moraes Júnior.

O SR. HAROLDO DE MORAES JÚNIOR – Bom dia a todos!

Primeiramente, cumprimento a mesa na pessoa dos Deputados Professor Allan Kardec e Valdir Barranco.

Infelizmente a Audiência Pública atingiu poucas pessoas do esperado, mas, em função da nossa cultura, Deputado, eu poderia dizer que foi acima da expectativa.

Com relação ao teto de gastos, que é o tema principal aqui a debater, há que se colocar que quanto aos números do orçamento de 2015 para 2016 houve um incremento e o Governo não fala isso, tanto é que o Governo Estadual está prometendo concursos públicos, tanto para a área de educação quanto para a área de segurança pública. Ora, se há possibilidade e viabilidade de se fazer concurso, não estamos no desequilíbrio fiscal. Há que se concordar conosco. Não precisa ser nenhum técnico, principalmente do Tribunal de Contas para entender esses números.

Segundo o companheiro Oscarlino Alves, já estão nomeando.

Então, se existe *déficit* fiscal, como o Governo está propalando, não tinha condições alguma de se angariar mais despesa.

Mas ele diz o seguinte: “no caso da educação eu estou fazendo uma compensação, eu deixo de contratar e estou nomeando concursados”. Sim. Só que nós sabemos que a despesa de um concursado é bem superior do que a despesa de um contratado. Para isso não precisa ser nenhum sabedor.

Pois bem! Então, o Estado de Mato Grosso não se enquadra no desequilíbrio fiscal que está tentando colocar para toda a sociedade. Primeiro ponto.

Com relação à Previdência, meus queridos colegas, Previdência não é do Governo, Previdência é do segurado. O Governo apenas gere a Previdência.

Temos que perguntar: cadê o recurso que era do IPEMAT que sumiu? Cadê a cota Patronal? Porque se os senhores forem donos de empresa e deixar de recolher a sua cota Patronal, o INSS entra com execução em cima de vocês. Cadê a cota Patronal? Isso vale inclusive para o Governo Federal, que também não repassa. Já entra na contabilização como déficit. Esse dinheiro, o Fundo, não é do Governo, é do segurado. Ele apenas gera. E eu conclamo, Oscarlino, que nós, todos os sindicatos e associações de servidores públicos nos unamos. Não é hora de fazer divergência. Existe diferença, sim. Existe especificidade de carreiras, sim. (PALMAS) Só que é hora de nos unirmos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO
AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU
PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS,
REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO
BRASIL-OAB/MT.

O Governo Federal começou, ontem, a fazer uma propaganda contra o servidor público dizendo que o servidor público tem que ser igualado ao servidor das iniciativas privadas. Só que eles não dizem que o desconto previdenciário é em cima do total. Não é em cima do teto.

Segundo, servidor público não tem Fundo de Garantia. Então, nós temos que nos unirmos e começarmos a trabalhar, dar informações à sociedade, de forma paulatina. Temos que arcar com despesa vinculada e de imprensa, vamos ter que arcar, porque, infelizmente, não temos recursos públicos para bancar a imprensa. (PALMAS). Nós temos que fazer isso. Porque se nós deixarmos, vão patrolar. Eu acho que a união agora, é acima de tudo, necessária. Nós temos que deixar a indiferença de lado e nos unirmos.

O Fórum Sindical está aí, é combatente, mas nós temos que nos unirmos mesmo. Eu, na qualidade de representante da Federação Nacional dos Sindicatos dos Tribunais de Contas, tenho a mesma ideia de combater isso em nível federal, mas precisamos começar aqui pelo Estado de Mato Grosso. Obrigado! (PALMAS)|

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Obrigado, companheiro.

Dia 11 e dia 28 já temos datas marcadas.

O SR. JOÃO DOURADO - Às 14h no TRT.

No dia 28 é greve geral parar todo serviço público e privado, a partir das 15h, ficou confirmado na Praça Ipiranga, para fazer o ato de massa.

Às 14h em frente ao TRT.

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Muito bem, Presidente João Dourado.

Com a palavra, a Sr^a Luziane Ribeiro, Defensora Pública, neste ato representando o Sindicato dos Defensores Públicos do Estado de Mato Grosso. Logo depois, encerramos a participação da plateia com a Jane Selma, Presidente da SINPOJUD. E volta à Mesa para as considerações finais da OAB e do Deputado Valdir Barranco. Vamos encerrar no prazo regimental esta Audiência Pública.

A SR^a LUZIANE RIBEIRO – Bom dia a todos e a todas!

Eu gostaria de cumprimentar a mesa nas pessoas dos Deputados Valdir Barranco e também Professor Allan Kardec.

É de extrema importância a realização deste evento e a garra com que vocês estão levando com todas as adversidades, isso é extremamente importante, a defesa de todos nós trabalhadores. Cumprimento todos os demais membros da mesa e a todos que estão aqui compartilhando esse momento de discussões.

Acho que um dos pontos extremamente importantes para que a gente desenvolva esse trabalho, que é um momento de muita união e de muita luta, é que a gente possa compartilhar informações. Essa questão da nota técnica que foi trazida aqui com dados, com informações, com base, isso é muito importante, eu acho que valeria a pena aqui, que os organizadores, que a organização pudesse compartilhar com todos os sindicatos para que a gente pudesse divulgar. O que a gente precisa? Precisa ter a população consciente, precisa ter a população informada, para que a gente possa ir contra todas estas mudanças, todas estas propostas que vem para poder prejudicar os trabalhadores e isto é um fato.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS, REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-OAB/MT.

A parte da Defensoria Pública, que eu venho aqui falar em nome da Defensoria Pública, nós existimos para fazer a defesa daquelas pessoas pobres, das pessoas que não têm condições de pagar as custas de um processo e de contratar um advogado para fazer sua defesa e sem sombra de dúvidas, com todas estas propostas de massacre à população trabalhadora, o nosso público tende a aumentar cada vez mais e em detrimento disso, a Defensoria Pública sempre foi uma instituição com poucos recursos. Nós temos que estar presentes em todas as Comarcas, nós deveríamos estar presentes em todos os municípios e, no entanto, a nossa realidade é de engatinhar e de lutar muito para poder conseguir avanços com os governos dos Estados para que possamos crescer, sermos uma instituição efetivamente que possa representar os anseios daquelas pessoas que precisam de um acesso à justiça, precisam que a justiça seja feita.

Então, são deficiências na saúde, a porta desses necessitados é a Defensoria Pública; deficiências na educação, na falta de creches, na falta de escolas, na falta de vagas para estas pessoas, é a Defensoria Pública que é procurada.

Então, precisamos nos fortalecer, e aí não só falando enquanto instituição defensoria, eu me uno aqui às falas que foram trazidas anteriormente, dessa necessidade de união, o momento é de estarmos juntos, o momento é de termos informações, porque sem informação a gente não vai a lugar nenhum, então por isso, tudo o que tivermos, se pudermos criar grupos para poder compartilhar estas informações e levar isso para as nossas categorias e levar isso para as nossas famílias, para os lugares onde convivemos...

No mais, eu agradeço imensamente e espero participar de outros eventos para que a possamos, cada vez mais, aprofundar nas discussões.

Bom dia! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Obrigado, Dr^a Luziane.

Antes das considerações finais, eu convido o companheiro Domingos para fazer um convite a cerca de um evento promovido pelo Tribunal de Contas, pelas entidades representativas do Tribunal de Contas, que é o Conselheiro Cidadão.

O SR. DOMINGOS SÁVIO LIMA – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Só um minuto, Sr. Domingos, eu já chamo a Sr^a Jane Selma Barbosa, Presidente da ASPEJUDI, para fazer o encerramento da fala da plenária.

O SR. DOMINGOS SÁVIO LIMA – Eu já convido a todos para o dia 19, a partir das 7h30min da manhã, no auditório da Escola Superior do Tribunal de Contas, para participarem do lançamento da campanha “Conselheiro Cidadão”. Nossas entidades também, entre outras missões, estão com essa tarefa de criarmos esta campanha para ver se conseguimos eleger ou indicar, que a Assembleia mude os ritos processuais de indicação de Conselheiros do Tribunal de Contas. Eu conto com a presença de todos, as inscrições estão sendo feitas no site, portanto, conto com a presença de todos vocês, dia 19 de abril, a partir das 7h30min da manhã.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Obrigado, Sr. Domingos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO
AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU
PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS,
REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO
BRASIL-OAB/MT.

Antes da Sr^a Jane eu registro a presença do Professor Alexandre Bregunci, também Policial Civil de Mato Grosso, Presidente da Federação Mato-Grossense de Esportes Universitários. Obrigado, Sr. Alexandre, pela presença.

Encerrando então a fala da plenária, Sr^a Jane Selma Barbosa Presidente da ASPEJUDI. Com a fala Sr^a Jane.

A SR^a JANE SELMA BARBOSA - Bom dia!

Bom dia, Deputado Professor Allan Kardek!

Bom dia, Sr. Luís Cláudio, nosso colega no Tribunal de Justiça, em nome de quem cumprimento toda a mesa.

E bom dia a todos os presentes!

Venho representar a Associação dos Servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso e em nome dos servidores quero falar que nós estamos juntos, que nós não aceitamos essa política de discriminação ao servidor público que está posta e também queremos fazer um convite pela união, unidos somos mais fortes, a discriminação é geral, existe essa campanha na imprensa, principalmente contra os servidores públicos, eu estou há 26 anos no Poder Judiciário de Mato Grosso e assim como a nossa colega, não sei como vou me aposentar, se será possível me aposentar e a hora é de nos unirmos, estamos aí e estaremos presentes dia 11, estaremos também presentes dia 28 (PALMAS), porque nós temos que fazer nossa palavra valer e será só nas ruas, como vocês já deixaram bem claro, que nós vamos conseguir isso.

Muito obrigada a todos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Obrigado, Sr^a Jane, nós que agradecemos a participação.

Antes das considerações finais, eu gostaria de agradecer imensamente cada um e cada uma que esta hoje aqui nesta Audiência Pública e quero dizer com muita tranquilidade que nós alcançamos 100% daquilo que nos propusemos a fazer.

Esta Audiência Pública era para subsidiar nós, Deputados, Deputado Valdir Barranco, tínhamos que estar aqui ouvindo tanto a plenária quanto esta mesa nos subsidiando acerca de informações da situação real do Estado de Mato Grosso para que os projetos que passam naquela Casa não sejam tratorados, não tenham condições de fazer um debate de alto nível.

Então, eu passo a palavra ao meu amigo Toco Palma, representando a OAB, para que ele faça suas considerações finais e agradecimento. Também, depois passo a palavra ao Deputado Valdir Barranco para que faça o fechamento desta Audiência Pública com suas considerações finais, mas já antecipo da alegria de nós estarmos aqui e ouvir cada um e cada uma. Andando para o dia 11, para o dia 28 as lutas vindouras do povo trabalhador. Na Assembleia Legislativa não tem só quem defende o patrão, lá tem trabalhador defendendo a classe trabalhadora também.

Obrigado e bom dia! (PALMAS)

Com a palavra, o Sr. Toco Palma.

O SR. MANOEL ANTÔNIO GARCIA PALMA (TOCO PALMA) – Obrigado, Deputado.

Quero agradecer a presença de todos. E, só para terminar, quero dizer que a OAB – eu ouvi a palavra do Sr. Leovaldo, na questão do fisco – reivindicou... Quando veio o projeto da

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS, REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-OAB/MT.

reforma tributária, nós levantamos 54 itens que estavam em desacordo com a Constituição Federal, que estava prejudicando o contribuinte de Mato Grosso. E também prejudicando alguns empresários.

Nós levantamos 54 itens e essa reforma tributária está suspensa até agora e não chegou a Casa, na Assembleia Legislativa, então, estamos discutindo esse PL - Projeto de Lei, mas também temos que conter gasto com a reforma tributária e a reforma administrativa, depois para mexer com a questão de servidores.

Então, eu quero agradecer ao Deputado Allan Kardec e dizer que a OAB sempre está à disposição da sociedade mato-grossense. Nós auxiliaremos a Assembleia Legislativa nessas discussões, como também a reforma tributária e a questão também da RGA, que o Sr. Oscarlino falou. A OAB sempre foi parceira dentro da legalidade e estamos sempre a favor da legalidade.

Quero agradecer, em nome do Presidente Leonardo Campos, todos os servidores da OAB, estou aqui representando a OAB e obrigado a todos vocês, sindicato, funcionários do Tribunal de Contas, funcionários da Assembleia Legislativa e funcionários da OAB.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Obrigado, Toco Palma, pelas considerações finais.

Para um resumo desta Audiência Pública, convido agora meu companheiro e líder, Deputado Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO – Quero agradecer aqui ao companheiro, Presidente Professor Allan Kardec, Deputado Estadual, a pessoa aqui do Sr. Toco, agradecer à OAB pelo espaço, pela parceria. Cumprimentar todos aqui da mesa, a Defensoria Pública também, grande parceira; o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e todos que aqui participaram.

Quero dizer que o Estado de Mato Grosso vive um momento em que o Governo do Estado tenta fazer com que as suas mentiras se tornem verdades para a sociedade mato-grossense.

A indústria da propaganda utilizada aqui em Mato Grosso pelo Governador do Estado se assemelha à indústria da propaganda nazista que Hitler usava para fazer com que a sociedade pensasse... Que não conseguisse enxergar aquilo que acontecia no mundo e na Alemanha durante o período de seu governo.

Ando pelo Estado, acabei de chegar de uma viagem, de uma agenda ao Araguaia, quatorze Municípios que eu percorri, Deputado Professor Allan Kardec, e o caos está instalado em Mato Grosso como um todo e o Araguaia também, não há estrada... Tivemos, inclusive, que adiar uma Audiência Pública, obviamente que houve o problema da chuva, mas aí vai ficar parte do Araguaia isolada por 20 dias, porque demorará 20 dias para dar uma saída de emergência para a população de lá.

Lá em Porto Alegre do Norte é a terceira vez, terceiro ano que o Governador vai lá lançar a pedra fundamental do hospital regional. Não há mais lugar para pôr pedra lá, teremos que arrumar outro espaço, porque não está cabendo mais as pedras que ele lançará por todo ano e o povo já descobriu que é mentira.

Disse que lançará mais dois novos hospitais e aí oito, nove meses de repasses atrasados para os hospitais regionais, para os hospitais filantrópicos, para os Municípios. Os Prefeitos não aguentam mais.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO
AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU
PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS,
REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO
BRASIL-OAB/MT.

Semana passada e na outra ainda, reuniram todos os Prefeitos, contou um monte de mentiras. Os Prefeitos novos que não conhecem, que são muitos deles, saem todos felizes, depois acontece o que aconteceu em Sorriso, vocês acompanharam Sorriso.

Os Municípios que compõem o Hospital Regional de Sorriso vieram aí, porque a situação estava caótica e não havia repasses já há muitos meses. O Governador fez uma fala aos Prefeitos, aos Vereadores, aos médicos e aos profissionais de lá, voltaram satisfeitos, achando que o dinheiro iria chegar lá antes deles. Passou um mês, morreram 11 crianças, 11 natimortos, 35, 36 semanas! Os Vereadores e os médicos não conseguem mais andar na cidade, porque a população os culpa pelo que está acontecendo.

Então, são mentiras que são contadas e gastam milhões, agora estão fazendo com os servidores públicos, João Dourado, o Governo Federal está usando a mesma estratégia porque quer... Quem é que tem capacidade de mobilização? Quem é que está consciente contra a reforma da previdência? Os servidores públicos foram os primeiros e aos poucos vai chegando às outras camadas da sociedade.

Querem dizer que os servidores públicos são marajás, que não merecem se aposentar, que têm que contribuir mais, para colocar na cabeça da massa da população que eles não serão atingidos, que somente os servidores públicos que serão atingidos. Mas, a reforma da previdência é para todos, para os pescadores, trabalhadores rurais, que serão muito afetados, para os ribeirinhos, para os servidores da iniciativa privada, para as mulheres, para todos!

Nós temos que continuar a nossa tarefa em barrar essas mazelas. Portanto, eu acredito que aqui cumprimos com o nosso papel, temos que continuar fazendo esse trabalho. Temos que encher as ruas agora e também no dia 28 cruzar os braços.

Lá na Argentina, o povo parou, todos pararam, inclusive, os caminhoneiros. Pararam a economia da Argentina para dizer não àquelas mazelas, à retirada dos direitos da população, que está sendo conduzida pelo governo do Macri, e aqui temos que fazer o mesmo. Ou fazemos isso ou todos nós e as futuras gerações estarão comprometidas.

Parabéns para quem veio aqui e que essas mensagens de hoje possam chegar aos que não vieram! Eu saio satisfeito, aprendi um pouco mais, preciso aprender ainda mais para poder convencer aqueles que estão lá na Assembleia Legislativa e têm direito de voto. Não podemos permitir que 20 dos 24 patrolem o direito dos trabalhadores, por isso precisamos ir para o convencimento.

Os servidores, os sindicatos têm que sentar com esses demais Parlamentares para que não só a questão do PLP 343, mas que todos os projetos que o Governador Pedro Taques queira mandar para a Assembleia Legislativa possam ser derrotados e nós sabemos da fome dele. Se depender dele, se brincar, o projeto vai para a Assembleia Legislativa antes de votar em Brasília, de tanta pressa que ele tem em achar os direitos dos trabalhadores. Portanto, saio daqui satisfeito, mas preciso mais do Tribunal de Contas; o Deputado Professor Allan Kardec, também, pediu mais parlamentares; precisamos mais do fórum sindical; precisamos mais, Wagner - você que é um estudioso -, do seu conhecimento; precisamos sentar mais para que possamos ajudar a sociedade, ajudar a sociedade mesmo, não é só os servidores, todos estão em risco com esse governo que aí está.

Muito obrigado. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS, REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-OAB/MT.

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) - Obrigado, companheiro Valdir Barranco, registro, então, quatro itens que saíram da nossa Audiência Pública, enquanto encaminhamento.

Primeiro: auditoria nas contas do MTPrev, nós então vamos enviar para a Mesa Diretora um requerimento, solicitando uma auditoria emergencial nas contas do MTPrev, já que nossa CPI, pelo jeito, não vai sair por conta das retiradas de alguns nomes que estão lá.

Então... Pode falar Oscarlino.

(O SR. OSCARLINO FAZ UMA PARTE DE SUA FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. OSCARLINO ALVES - Nós fizemos, novamente, uma convocação de uma coletiva de imprensa, entregamos, oficializamos, através de um ofício do fórum, um segundo pedido para se instalar a CPI e que ela seja deflagrada dentro da Casa de Leis, para cumprir com o papel dela. Eu estava conversando até com o companheiro aqui do lado, é muito grave, nós vemos que, ano de 2015, não houve o recolhimento para os fundos previdenciários de um bilhão e oitocentos, o que dirá para trás. Na verdade, o que eu acho que a Casa teme é o efeito dominó, que vai mexer com a vida de governantes, ex-Deputados, ex-Parlamentares, Parlamentares atuais, e estão com medo da verdade.

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) - Obrigado, Oscarlino.

Vamos fazer isso. Se não aprovar a CPI, precisamos de nove votos, a auditoria já vai nos dar para condições de abrir um pouco mais essa caixa preta.

Cálculo atuarial urgente, precisamos fazer esse cálculo atuarial com alíquota patronal e com o aporte do governo, de fazer essa discussão, uma discussão madura da questão da tributação do agronegócio, em especial, fiscalização desse produto que está sendo exportado, produto *in natura*, lembrando que a Lei Kandir beneficia o produtor industrializado e não o produto *in natura*, como é feito aqui e essa busca incansável na questão do sonegador, como disse o Leovaldo aqui.

Então, já são 11 horas e 24 minutos, seis minutos adiantado, cumpriu-se o regimento, que era até 11 horas e vinte minutos, estamos satisfeitos.

Declaro encerrada esta Audiência Pública. Obrigado.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Nerissa Noujain Salomão Santos;
 - Rosilene Ribeiro de França;
 - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O CONGELAMENTO DE DUODÉCIMO
AOS PODERES/ÓRGÃOS, CONGELAMENTO DE AUMENTO, REAJUSTE OU
PROGRESSÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES/ÓRGÃOS,
REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10H, NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO
BRASIL-OAB/MT.

- Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antonia de Almeida Maciel;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Sheila Cristiane de Carvalho;
- Solange Aparecida Barros Pereira.